



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO- UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

ALINE EGIDIO LOPES ANTONIO

MONOGRAFIA

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO EM
MARIANA/MG: aproximação ao perfil das mulheres cadastradas a partir de
uma análise das dimensões de gênero e raça**

MARIANA/MG
2023

ALINE EGIDIO LOPES ANTONIO

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO EM
MARIANA/MG: aproximação ao perfil das mulheres cadastradas a partir de
uma análise das dimensões de gênero e raça**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal de Ouro Preto, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virgínia Alves
Carrara

**MARIANA/MG
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A635e Antonio, Aline Egidio Lopes.

Um estudo exploratório sobre inscritas no Cadastro Único em Mariana/MG [manuscrito]: aproximação ao perfil das mulheres cadastradas a partir de uma análise das dimensões de gênero e raça. / Aline Egidio Lopes Antonio. - 2023.

81 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Alves Carrara.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. Assistência social - Mariana (MG). 3. Negras. 4. Mulheres pobres - Mariana (MG). I. Carrara, Virginia Alves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.65-055.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Aline Egidio Lopes Antonio

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO EM MARIANA/MG: aproximação ao perfil das mulheres cadastradas a partir de uma análise das dimensões de gênero e raça

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 29 de agosto de 2023.

Membros da banca

Dra. Virgínia Alves Carrara - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Ms. Marina Rodrigues Correa dos Reis - Universidade Federal de Ouro Preto
Bacharel em Serviço Social Glayce Kelly Fieno Melo - Prefeitura Municipal de Mariana
Dra. Virgínia Alves Carrara - Universidade Federal de Ouro Preto

Dra. Virgínia Alves Carrara, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Virginia Alves Carrara, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/11/2023, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0623317** e o código CRC **E613B2FB**.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todas as mulheres, às minhas
manas de ontem, hoje e do amanhã.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por acreditar em mim e ser meu maior incentivo.

Ao meu filho, Antônio, que através de você pude amadurecer enquanto pessoa e profissional.

Ao pai do meu filho, Matheus.

A minha irmã Amanda, minha primeira incentivadora e amiga.

Ao meu cunhado Silas por ter sido um irmão.

A todo meu bonde, por cada momento de troca e afeto, em especial, ao Guilherme e a Sheila!

A República Búlgaros por todo apoio.

A República Mocambos por todo o carinho.

As minhas ex-colegas de quarto, principalmente, a Paula Teodoro, com quem eu pude aprender muito no assunto de questão racial e de gênero.

Agradeço também à minha querida orientadora Virgínia, por cada aprendizado, contribuição e acolhimento ao longo da minha graduação.

As minhas ex-supervisoras de estágio e inspiração de mulher e profissional, também componentes da banca examinadora, Glayce e Marina.

Minha gratidão e carinho por cada um de vocês!

RESUMO

Este trabalho constitui-se na exploração e investigação do perfil de mulheres negras beneficiárias/usuárias de serviços e auxílios da Política de Assistência Social. Considerando os determinantes de gênero, raça e classe inseridos no território de exploração de mineração em um país de economia dependente com raízes no sistema escravocrata, baseado no patriarcado e sexismo. Dessa forma, buscou-se relacionar a sobrecarga do trabalho do cuidado, a exploração e pauperização de mulheres negras no Brasil desde sua origem. Identificando a responsabilização feminina pelo trabalho do cuidado através da Política de Assistência Social. Sendo assim, o objetivo deste estudo é se aproximar do perfil das usuárias (mulheres negras) inscritas no Cadastro Único na cidade de Mariana/MG, através da pesquisa bibliográfica e documental e da análise de dados quantitativos e qualitativos. Portanto, foi constatada a relação orgânica entre racismo e sexismo para a manutenção do capitalismo e de como as mulheres negras e pobres personificam o público da Assistência.

Palavras Chaves: Assistência Social; Mulheres Negras; Responsabilização trabalho cuidado; Pauperização.

RESUMEN

Este trabajo explora e investiga el perfil de las mujeres negras beneficiarias/usuarios de los servicios y ayudas de la Política de Asistencia Social. Considerando los determinantes de género, raza y clase en el territorio de la explotación minera en un país con una economía dependiente enraizada en el sistema esclavista, basado en el patriarcado y el sexismo. De esta forma, buscamos relacionar la sobrecarga de trabajo de cuidados con la explotación y el empobrecimiento de las mujeres negras en Brasil desde sus inicios. Identificando la responsabilidad de las mujeres en el trabajo de cuidados a través de la Política de Asistencia Social. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es aproximarse al perfil de las usuarias (mujeres negras) inscritas en el Registro Único en la ciudad de Mariana/MG, a través de la investigación bibliográfica y documental y del análisis de datos cuantitativos y cualitativos. Así, se verificó la relación orgánica entre racismo y sexismo para el mantenimiento del capitalismo y cómo las mujeres negras y pobres personifican el público de la Asistencia.

Palabras clave: Asistencia social; Mujeres negras; Responsabilidad del trabajo de cuidados; Empobrecimiento.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01-** Distribuição percentual (%) das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família- Brasil, 2015.....39
- Tabela 02-** Distribuição percentual (%) das famílias chefiadas por mulheres, por tipo de arranjo familiar, segundo cor/raça do/a chefe de família- Brasil, 2015.....40
- Tabela 03-** Taxa de escolarização líquida, por sexo, segundo cor/raça e nível de ensino- Brasil, 2015.....40
- Tabela 04-** Pessoas por sexo inscritas no Cadastro Único 12/2022 em Mariana/MG.....67
- Tabela 05-** Pessoas por cor/raça inscritas no Cadastro Único 12/2022 Mariana/MG.....67
- Tabela 06-** Escolaridade das mulheres negras e mulheres negras beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) - Mariana/MG, 2022.....69
- Tabela 07-** Mulheres negras responsáveis dos grupos familiares no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família 12/2022.....70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Total de pessoas inscritas no Cadastro Único 08/2012 a 12/2022.....	66
--	----

LISTA DE SIGLAS

CECAD	Consulta, Seleção, e Extração de informações do Cadastro Único
CF	Constituição Federal de 1988
CFESS	Conselho Federal de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNAS	Fundo Nacional da Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SAGICAD	Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MG	Minas Gerais
NEAB	Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Especializado de Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduo

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PND	Plano de Desenvolvimento Econômico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Proteção Social Básica
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE MULHERES NEGRAS E O CUIDADO	18
1.1. Formação sócio-histórica brasileira: capitalismo dependente, colonização e exploração da mulher negra	18
1.2. Mulheres Negras e o “Trabalho do Cuidado”: Compulsório e Servil	26
1.3. Avanço do capitalismo e a continuidade do processo discriminatório e de marginalização da população negra no Brasil	32
CAPÍTULO 2 –ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E A CONTINUIDADE DA NOÇÃO DE BENESSE	42
2.1. Assistência Social como um não-direito: as primeiras-damas e o cuidado no setor público político	43
2.2. Assistência Social enquanto política e direito social e sua materialização em Mariana/MG: Avanços legais e normativos	48
2.3. A Política de Assistência Social e sua relação com o Serviço Social	56
CAPÍTULO 3 – A MULHER SUJEITA DE DIREITOS: PERFIL DAS MULHERES NEGRAS INSCRITAS NO CADÚNICO EM MARIANA/MG	59
3.1. Procedimentos Metodológicos	59
3.2. Primaz de Minas: a história, suas implicações no território e na política de Assistência em Mariana	61
3.3. A mulher negra e a Política de Assistência Social: Análise do perfil das usuárias inscritas no Cadastro Único	63
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

Um retrato da desigualdade de gênero e raça no Brasil, de acordo com Ferreira (2016), é a presença de mulheres negras, em sua maioria, como usuárias e beneficiárias de programas da Política de Assistência Social. Visto que, os projetos e programas da assistência visam atender aos usuários(as) com um viés preventivo e protetivo que estão desassistidos socialmente seja por falta de renda, habitação, em situação de violência, etc., em todo o território brasileiro. Segundo a filósofa, escritora e ativista Djamila Ribeiro, a mulher negra ocupa a base da pirâmide no aspecto econômico e social, tal afirmação elucida o processo de pauperização que essas mulheres sofrem, manifestando em baixos salários, desemprego e informalidade, ser o grupo que mais sofre violência, entre outras assolações advinda de uma estrutura social burguesa, racista e patriarcal.

Segundo o Boletim Nacional da Vigilância Socioassistencial “Mulheres no SUAS” de 2018, o maior público usuário da Assistência é feminino, cerca de 77,8%. Dessas mulheres, o percentual de negras (mulheres pardas e pretas) chega a 71,2%. Estes dados são referentes aos equipamentos localizados na extensão do Brasil. Entre as características desse público, a maioria tem baixa escolaridade, são chefes de famílias e com filhos, por volta de 70,5% (IPEA, 2015); trabalham informalmente sem qualquer qualificação ou ainda com a falta da garantia de seus direitos; sendo assim essa combinação resulta nas múltiplas jornadas de trabalho.

Para Ferreira (2016), o foco na família como alvo do desenvolvimento das atividades da Política de Assistência Social é definido como a “matricialidade sociofamiliar” contida na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). A Política de Assistência Social, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742 (LOAS/1993), coloca a família e seus sujeitos como alvo central para desenvolver as ações. Sendo assim, citar a questão da família e do modelo em crescimento expressivo -família monoparental feminina- na sociedade brasileira e na própria política é de suma importância.

Por conseguinte, ao reconhecer o entrelace entre a Política de Assistência Social e a presença de mulheres como usuárias, o que gera uma feminização do público demandatário dos serviços e benefícios da política, o estudo faz o movimento de compreender e explicar os determinantes desse fenômeno. A partir disso, ao ponderar a responsabilização das mulheres com o ato de cuidar e de como isso afeta a política, o trabalho do cuidado e da manutenção da vida privada e

doméstica é uma construção sócio-histórica que garante a reprodução social capitalista e não é assalariado, dessa forma o cuidado aqui nesta análise será categorizado como trabalho segundo Marx.

Sendo assim, Marx (2004) define o trabalho como sendo algo inerente ao ser humano, pois, com sua capacidade teleológica – habilidade em planejar algo a ser executado para alcançar o fim previamente idealizado– para transformar a natureza de maneira consciente na intenção suprir as necessidades físicas e espirituais em cada tempo histórico, portanto, ele (ser humano) produz e reproduz conscientemente meios de garantir sua sobrevivência através do trabalho.

Ao considerar a construção social-histórica brasileira, é necessário evidenciar a raiz do machismo e patriarcado; homens e mulheres vivem numa desigualdade acentuada em todas – ou quase todas – áreas da vida pública e privada. Com isso, mulheres têm menos ou quase nada, condições e amparo para ter sua reprodução social com qualidade e segurança. A palavra patriarcado conceitua uma relação de poder do homem sobre outrem.

Segundo Delphy (2009) *apud* Cisne e Santos (2018, p.45) “sempre que uma mulher reproduz o patriarcado, ela favorece a lógica de dominação masculina.” Em suma, o patriarcado coloca o gênero feminino como algo que vai do “frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente”, fazendo com que haja uma naturalização do sexo binário e de papéis sociais estando baseado num sentido heterossexista, onde mulheres ficam ocupadas com a reprodução da vida e o cuidado, e o homem inserido na esfera produtiva e da provisão.

Ademais, Carloto e Mariano (2009) destacam que, o Estado ao centralizar as políticas no âmbito da assistência em mulheres, há o reforço na repercussão da noção de feminilidade e de uma mulher-mãe, gerando uma cristalização dos papéis da mulher na sociedade; estando sempre subjugada como cuidadora, assim, é ela quem faz a mediação entre o público e privado, e “ao fazê-lo, o Estado está gerando, para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social”. (Carloto; Mariano, p. 902, 2009).

Além disso, o modelo de família predominante assistida nos equipamentos assistenciais (CRAS, CREAS, etc.) é a família monoparental feminina. Ainda, (Ferreira, 2016; Carloto; Mariano, 2009), esse é o maior público beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Abrindo um parêntese, a família monoparental feminina, ou seja, lares chefiados por mulheres, já estavam presentes na sociedade brasileira desde antes do século XIX, principalmente, em famílias que viviam às margens da sociedade, sendo que na primeira metade do século XIX “[...] no total de domicílios chefiados por mulheres, o quadro era o seguinte: 65% era dos extratos sociais mais baixos e trabalhavam; 11,9% eram do extrato médio, tinham emprego próprio ou comerciavam e somente 1,3% era da elite (Diaz e Stewart, 1991; *apud* Samara, 2002)”.

O que aconteceu foi a elucidação e propagação dessas famílias monoparentais na sociedade moderna. De acordo com dados do estudo realizado pelo Observatório da Família, “Fatos e Números- Arranjos Familiares no Brasil” em 2021, entre os anos de 1995 a 2015 houve um aumento simbólico de família monoparental feminina que foi de 15,8% para 16,3%. Sendo proporcionalmente maior a relação de chefias de mulheres negras comparada a mulher branca.

Além disso, Carloto e Mariano (2009) sinalizam que ocorre a predominância de mulheres negras como beneficiárias de programas assistenciais. É importante salientar que “a presença mais notável de mulheres negras entre as pessoas pobres é reflexo de um processo histórico de (re)produção de desigualdades sociais.” (Carloto; Mariano, p. 902, 2009).

Não obstante, Macedo (2008) ressalta que muitas dessas mulheres vivem em condições econômicas precárias, trabalhos informais e/ou subempregos, visto que as vantagens trabalhistas estão comumente ao homem-cis-branco-hétero-normativo. O que resulta numa fragilidade de condições econômicas para as mulheres, em especial, as mulheres negras.

Se voltando para a mulher parda/preta e de renda baixa, o processo de pauperização fica ainda mais acentuado, visto que, a sociedade brasileira é enraizada no racismo, sexismo e machismo. Tendo como consequência a personificação do público --de mulheres negras que chefiam seus lares -- que precisa de maior assistência. Como pontua Lélia Gonzalez (2020) *apud* Costa (2021), é imprescindível considerar a articulação entre raça, gênero e classe para entender a opressão e discriminação vivenciada pela mulher negra na sociedade brasileira. Além disso, compreender esse processo histórico é essencial para explicar a prevalência das mesmas como usuárias dos serviços de assistência social, tendo como produto uma expressão do racismo estrutural no Brasil.

Desse modo, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC), de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), tem o intuito de conhecer o perfil das usuárias/beneficiárias inscritas no Cadastro Único em Mariana/MG, a fim de analisar o fenômeno da predominância de mulheres de baixa renda e em situação de monoparentalidade, com o recorte de raça.

Com efeito, a disparidade entre o número de mulheres negras e brancas no âmbito da Assistência Social no Brasil está diretamente relacionada à formação social brasileira e às relações de raça, gênero e classe da ordem societária capitalista. Por sua vez, a mulher tende a ser colocada no papel do cuidado e da reprodução social da vida, considerando a raça, a mulher negra sai ainda mais prejudicada nessa relação, possuindo menos oportunidades de mobilidade social, por estar inserida em uma estrutura atrelada à um modelo escravocrata, patriarcal, machista, racista e sexista. Dado o exposto, a pauperização¹ opera sobre o grupo feminino, e de maneira acentuada para mulheres negras, tendo como consequência, o aumento desse público na busca por assistência governamental.

O interesse pelo tema surgiu a partir da participação no projeto de extensão Clube de Leitura, que tinha como objetivo estudar e debater junto às bolsistas e convidadas externas, as obras de autoras brasileiras e estrangeiras, que abordavam os temas de assimetria de gênero, raça e classe na sociedade em geral e em tempos históricos distintos. Com isso, através do Clube de Leitura pude fazer um curso voltado para a Teoria Feminista, que me proporcionou uma aproximação sobre o assunto. A partir de diferentes autoras e suas respectivas perspectivas. Este conhecimento teórico me levou a acumular informações sobre o debate de raça e gênero e suas assimetrias na sociedade brasileira e em âmbito universal, ensejando-me a aprofundar estudos sobre a sujeita política mulher.

Outro momento, a adensar este meu interesse foi quando ingressei na disciplina eletiva “Raça/Etnia, Gênero e Sexualidades”. Esta é única disciplina que trata da questão racial e de gênero no curso na ainda vigente estrutura curricular², que teve o papel fundamental de trazer uma visão crítica relacionada à profissão do Serviço Social com o viés de raça, gênero, sexualidade e classe, bem como, teve o papel de complementar meus conhecimentos adquiridos por meio dos estudos realizados no Projeto de Extensão supracitado. A professora que ministrou essa

¹ Netto; Braz (2011).

² Está em curso uma nova estrutura curricular a ser implantada.

disciplina atuou de forma esplêndida, trazendo pontos de discussões de forma crítica e competente, trabalhando um material teórico que, principalmente, as obrigatórias, não abordaram.

Tais questões citadas foram produtos do meu processo formativo da consciência crítica da realidade na qual estou inserida, dessa forma o tema me atravessa no tocante identitário. Pois, a partir da minha vivência enquanto uma mulher-cis, negra, periférica e mãe; e do meu processo de formação auto-crítico como estudante universitária do curso de serviço social, também, sou beneficiária da bolsa permanência e de projetos que garantem meus estudos. Ademais, como advenho de uma família de baixa renda, sou usuária da Política de Assistência desde minha infância. Sendo assim, enxergo a proximidade entre minha realidade e a realidade do objeto vivo aqui estudado.

Nesse contexto, no ano de 2021 houve a minha integração no Movimento Negro de Mariana. Pude me aproximar ainda mais da comunidade e do debate da questão racial e das vivências da população negra no município de Mariana. Acredito que os movimentos sociais trazem uma contribuição para saberes teóricos, reais e práticos, além de representar grande importância para a criação de políticas e ampliações de direitos. Assim, ter a oportunidade de refletir como se dá a materialidade das políticas públicas voltadas à população negra marianense, proporciona para mim, enquanto estudante de serviço social e pessoa negra, muito aprendizado e compreensão da realidade de forma crítica.

Além disso, minha inserção no campo de estágio contribuiu para discussões com a supervisora de campo e assistente social do CRAS Equipe Volante Bairros, na cidade de Mariana/MG sobre a materialização da Política de Assistência Social na cidade e do entrelace das questões de raça, gênero e classe. Desse modo, foi a partir da experiência de observação, participação em atendimentos, visitas domiciliares, reuniões de equipe e de rede, que foi possível notar uma prevalência de mulheres negras na procura de serviços, benefícios, projetos e programas ofertados por esse equipamento.

A partir dessas reflexões, os pontos de indagação que partimos nesse estudo são: Qual o perfil socioeconômico das mulheres que acessam os serviços, benefícios, políticas e programas da Política de Assistência Social em Mariana? Qual a implicação dos quesitos raça/etnia, faixa etária, escolaridade, condições de renda para o acesso aos serviços da assistência?

Dessa forma, a linha central deste trabalho busca identificar o perfil das usuárias do Cadastro Único na cidade de Mariana, a partir de uma análise qualitativa e quantitativa. Para que tal objetivo seja alcançado, o trabalho será desenvolvido nas seguintes etapas: 1) buscar-se-á apresentar a formação sócio-histórica brasileira, destacando o lugar da mulher negra neste processo atravessado pelo debate de raça, gênero e classe 2) refletir sobre a elevação da assistência social como política social enquanto direito de cidadania garantido pelo Estado e a construção da Política de Assistência Social no Brasil e sua relação com a profissão de Serviço Social; 3) apresentar e caracterizar o território marianense marcado em sua formação sócio histórica pela mineração até os dias atuais com impacto na Política Municipal de Assistência Social ; 5) conhecer e analisar o perfil das/dos usuárias/os inscritas/os no CadÚnico Mariana/MG do ano de 2022 a partir da base do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Consulta, Seleção, e Extração de informações do Cadastro Único (CECAD), cujos dados obtidos mostram que a sua composição é majoritária de mulheres negras em vulnerabilidade econômica.

A partir disso, para desenvolver a pesquisa e responder às questões, o trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental de forma quantitativa e qualitativa dos dados contidos CADÚNICO e base SUAS, entre as plataformas citadas no item 3.1. relacionados ao perfil socioeconômico das usuárias.

O capítulo 1 abordará o contexto da formação social brasileira, seus pontos fundantes e as implicações que podem ser identificadas até os dias atuais. Fazendo o recorte com o papel da mulher negra durante o processo de formação social no Brasil até sua contemporaneidade.

Já no capítulo 2 será considerada a história da Política de Assistência Social no Brasil desde a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que foi considerado o marco do que podia se considerar como assistência até então na sociedade brasileira. Passando pelos marcos normativos pós Constituição Federal de 1988, finalizando com a relação da mulher negra e a política de assistência.

O 3º capítulo irá trazer os procedimentos metodológicos adotados, a história de Mariana e de como a política se consolidou no município, também, coloca o perfil

socioeconômico das mulheres negras presentes no Cadastro Único marianense. Ademais, conterà a análise desses dados de forma quantitativa e qualitativa.

Por fim, teceremos as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE MULHERES NEGRAS E O CUIDADO

O presente capítulo tem como finalidade abordar sobre a constituição da sociedade brasileira e o lugar que a mulher negra ocupou historicamente desde o Brasil Colônia. Assim, será dissertado sobre as relações de gênero e raça no período colonial, pós abolição no Brasil, tendo como centralidade a divisão social, sexual, racial do trabalho, no processo de desenvolvimento e organização do capitalismo considerando o papel e a função da mulher negra na construção social-político-econômica da sociedade brasileira.

Como destaca Ianni, o modelo de uma sociedade-escravocrata perdurou durante séculos no Brasil. Pode-se considerar que foi o eixo central na (re)produção material e espiritual da vida na sociedade da época, por onde “o trabalho escravizado produziu todo um universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir” (Ianni, 1994, p.58; *apud*, Ferreira, 2016, p.47). Sob esta compreensão, esta estrutura repercutiu e ainda impacta a vida das mulheres negras na contemporaneidade.

1.1. Formação sócio-histórica brasileira: capitalismo dependente, colonização e exploração da mulher negra

Para tratar da construção sócio histórica brasileira, seguiremos de forma diligente para a divisão sexual e racial do trabalho na constituição do Brasil, relevando o processo de exploração e pauperização de mulheres, em destaque, as mulheres negras desde a origem da sociabilidade brasileira. Sendo assim, é de suma importância fazer a mediação com o agente basilar da produção da desigualdade, o capitalismo. Cabe expor que o Brasil está categorizado como uma economia dependente e com foco na exportação de manufaturas “[...] o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (Fernandes, 2020, p. 40).

Sendo assim, iremos introduzir de maneira global a formação do capitalismo para assim compreendermos o papel da colonização e da exploração feminina e negra para sustentação da ordem social do capital. Segundo Costa (2019), o desenvolvimento de países considerados centrais se deu a partir do subdesenvolvimento e exploração de países latino-americanos. Ancorada em Fernandes (1975), a referida autora destaca que essa forma de absorver riquezas

para países europeus marcou a acumulação primitiva no capitalismo em seu início. “Essa dominação foi construída durante três séculos fundada nos requisitos do antigo sistema colonial” (Costa, 2016, p. 19), do século XV ao XVIII.

Os colonizadores encontram outra realidade e relações nas Américas. Os processos de expropriações destroem não um modo de produção como o feudal, mas um modo de vida de numa população com elementos diferentes e particulares que foram apropriados de forma violenta em prol da acumulação capitalista (Costa, 2019, p.35).

Anterior ao processo de escravização do povo africano, houve a exploração do povo indígena seguida do seu extermínio por parte dos europeus. Para o homem branco o “índio”³ era considerado preguiçoso e lascivo. Nascimento (1978) elucida que, “as populações indígenas no começo da colonização, conforme as estimativas mais autorizadas, somavam cerca de dois milhões de seres humanos” (Nascimento, 1978, p.43-44).

A partir da acumulação primitiva, foi possível alavancar o capitalismo para seu estágio industrial na Europa. Nesse percurso, com o fim do sistema feudal em países europeus, houve a desapropriação de terras, caça às bruxas e a transição para o trabalho livre. Ainda, segundo a referida autora, nesse processo as mulheres foram as mais prejudicadas: “As funções na esfera da reprodução da força de trabalho foram designadas às mulheres que também foram excluídas de inúmeras ocupações assalariadas e quando eram inseridas ganhavam bem abaixo dos homens” (Costa, 2019, p.24).

Dessa forma, com a transição de um modelo social consistente na relação de servo-senhor feudal para trabalhador livre-burguês, a modificação do sentimento de família – sendo a patriarcal– e as funções de cada um no âmbito privado foram primordiais para o novo modelo de sociabilidade, onde as mulheres brancas passaram a ficar responsáveis pelos cuidados domésticos e na reprodução da força de trabalho na Europa.

³ Substantivo posto pelos invasores, a *priori*, segundo estudiosos, a nomeação com a identidade de “índio” foi consequência de uma confusão com as terras da Índia. Seguido, foi utilizado como forma de subalternização do povo já presente nas terras americanas, com sua diversidade cultural, de língua e costumes, o que foi demonizado e apagado pelo colonizador para garantir sua hegemonia. Mas após cinco séculos, a ressignificação do substantivo índio é defendida pelo próprio povo originário, sendo um termo de auto afirmação e reconhecimento de suas diversidades cultural e linguística, reafirmando ser o povo que estava aqui primeiro e testificando sua autonomia para a construção da sua própria história. (CFESS, 2011-14). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutaindigena-SITE.pdf> Acesso em: 08 ago. 2023.

A vista disso, o desenvolvimento do capitalismo maduro, na sua fase industrial, firmada com a Revolução Industrial no século XVIII, em países centrais foi a partir de “[...]um processo de formação e consolidação [...] que somente com a indústria moderna vai adquirir as bases sólidas para a expropriação radical e profunda e a consumação da dissociação entre agricultura e indústria doméstica rural” (Costa, 2019, p.21). Para Costa, tal expropriação foi intensificada com a descoberta do ouro em terras latinas. Compreender o desenvolvimento do modo de produção do capitalismo em sua essência é central para entender como o processo de escravização do povo indígena, seguido do povo africano e negro se integrou ao capital. Como afirma a autora,

[...] a escravidão também se tornou um negócio lucrativo para os comerciantes ingleses, holandeses, franceses e espanhóis ligados ao tráfico negreiro. Por isso, a escravidão nas Américas e nas Antilhas está estritamente relacionada com a formação do capitalismo na Europa (Costa, 2019, p.45).

Marx (2014 *apud* Costa, 2019), sustenta que o processo de escravização, o tráfico de pessoas negras e o saqueamento de territórios foram os artefatos que permitiram a acumulação primitiva e o enriquecimento de países europeus com trabalho morto (bens materiais) e trabalho vivo (mão de obra escravizada/barata). Os elementos medulares para o aprimoramento do capitalismo foram a expropriação de terras, a escravização, o controle do corpo sendo transformado em uma máquina – nessa transformação a moral e os costumes também foram atingidos pela nova ideologia –, e por último e muito atrelada à questão do controle do corpo, a garantia de que as mulheres continuassem reproduzindo força de trabalho, o que foi e é item essencial da lógica capitalista carregado com toda sua violência.

Seguindo essas afirmações, o Brasil tem seu processo de gênese e desenvolvimento fundamentado na sociedade escravocrata. Foi a partir dessa ordem societária, com o uso da exploração de mão-de-obra escravizada que foi possível desenvolver e manter o país. Para isso, perpassando o período colonial, homens e mulheres, negros e negras, das mais diversas etnias do continente africano, foram sequestrados de suas terras de origem e trazidos a força para o solo brasileiro para que pudessem ser vendidos como mercadoria barata. Edificaram com suas mãos e com o seu sangue o início desta sociedade. Dessa forma, como afirma Almeida (2019), uma dinâmica social com raízes escravocratas, tem o racismo como fator principal para a (re)produção de uma lógica social que discrimina racialmente,

ou seja, uma sociedade contaminada em todas as áreas pelo racismo, seja na camada política, econômica, jurídica ou familiar, onde o sistema capitalista se beneficia dessa segregação étnica para sua manutenção.

De acordo com Nascimento (1978, p. 48), “Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes”. Segundo o autor, não se sabe o número exato de escravizados trazidos para o Brasil durante o período colonial, e esse fato se justifica pela falta de controle e em consequência da queima de arquivos e registros — este fato ocorre pós abolição— pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, em 13 de maio de 1891 com a intenção de apagar informações sobre a escravização, nomes de origem dos escravizados, entra de mão de obra, entre outros detalhes sobre o processo de desumanização sofrido pelos africanos.

“Há uma estimativa cujos números me parecem abaixo do que seria razoável, dando 4.000.000 de africanos importados e distribuídos” (Nascimento, 1978, p.49). A princípio, o estado da Bahia foi a porta de entrada do povo que foi sequestrado e escravizado, posteriormente ocorreu a distribuição, 38% das/dos africanas/os foram entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Desse modo, é de suma relevância relatar que o estado de Minas Gerais foi um dos que mais recebeu africanos e seus descendentes para exercerem o trabalho escravizado. Como também, é necessário destacar que o município de Mariana está localizado na região sudeste do estado de Minas Gerais e, por isso, pode-se afirmar que foi mais um território mineiro afetado pela migração excessiva de mão-de-obra da pessoa escravizada para sustentar o modelo econômico vigente na época e, principalmente, fomentar ao capitalismo em sua fase inicial em países da Europa. Como tal, o padrão de produção baseado na mineração aurífera foi um marco na economia das Gerais, tendo seus reflexos até os dias atuais. Este item será discorrido de forma mais detalhada no capítulo 3.

Como exposto anteriormente, o modelo de sociedade escravocrata alicerçou e manteve o desenvolvimento da economia da “Nova Colônia” ou como ficou conhecido “Novo Mundo”. Sendo assim a/o escravizada/o

[...] plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e

os pés das classes dirigentes que não se auto degradavam em ocupações vis como aquelas de trabalho braçal (Nascimento, 1978, p.49-50).

Nisso, ao se ausentar do trabalho braçal e explorar o povo negro com respaldo religioso que afirmava sua superioridade, o branco burguês ocupou um lugar social de privilégios em relação a outrem. O racismo é um dos alicerces do modelo capitalista, onde homens brancos são beneficiados economicamente, acumulando riquezas através da escravização de povos originários e africanos. Além disso, a ideia deturpada de que os “cativos” foram agraciados com a sorte de serem trazidos para as Américas, com a oportunidade de tornar-se civilizado foi repetido ao longo da história, pois eram considerados como um povo selvagem por meio do homem branco. Aqui se mostra uma incongruência visto que o europeu tendo conhecimentos das faculdades do povo africano se aproveitaram para dividir as funções na produção e edificar o Brasil no tempo do estatuto colonial.⁴

Estudos diversos (Nascimento, 1978; Moura, 1994), apontam ser mito que o povo africano e seu descendente se submetia à escravização de forma passiva e amigável. Para Nascimento (1978, p.58), “desde o início da escravidão os africanos confrontaram a instituição, negando faturalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética aptidão natural para o trabalho forçado”. Foram vários mecanismos de defesa e rejeição às condições impostas pelo regime escravocrata, desde a prática de crimes e revoltas.

Segundo Gonzalez (2020) e Nascimento (1978), destacamos a mãe de Luiz Gama, Luísa Mahin, uma mulher com sua grandeza infinita que ficou à frente da luta armada contra o grupo branco opressor na Revolta dos Malês em 1835, em Salvador. Ainda, aconteciam suicídios ocasionados pelo que foi denominado como *banzo*⁵. Os autores ainda afirmam que, ocorriam fugas como maneira de resistência do povo, na qual se refugiavam em quilombos tendo sua própria organização, em que um dos maiores e mais conhecido Quilombo foi o de Zumbi dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, Pernambuco.

Segundo Gonzalez (2020, p. 44)

República Negra de Palmares que, durante um século (1595- 1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco. O que essa história não

⁴ SAFFIOTI (1978) explana sobre a relação contraditória da desumanização do negro ao mesmo tempo do reconhecimento de suas faculdades para o processo produtivo.

⁵ Segundo Nascimento (1978) *banzo* foi o fenômeno que acometeu a população africana e negra escravizada, com o sentimento da ausência da vontade de viver, resultando no elevado índice de autoextermínio.

ênfatiza é que o maior esforço bélico despendido pelas autoridades coloniais foi contra Palmares e não contra o invasor holandês (1630-54), como se costuma divulgar. O que ela não ênfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial, já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo se pode dizer com relação aos quilombos, onde a língua oficial era o “pretuguês”, e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum.

Aguardando a força e resistência desde os tempo coloniais, hoje, no Brasil, as comunidades quilombolas, segundo dados coletados⁶ entre 2004 e 2022, existem cerca de 3.563 comunidades remanescentes quilombolas ao longo da extensão territorial brasileira. Para a cientista social, Cecilia Godoi, o quilombo era um espaço organizado e desenvolvido a partir de um modelo existente na África. Havia uma produção agrícola para a subsistência da comunidade, onde também era possível fazer uma articulação com o mercado local para a venda de produtos (alimentos, artesanatos, etc.). Existia uma divisão social para a realização das atividades de forma hierárquica. Infelizmente, não há registros suficientes para detalhar o ritmo de uma comunidade quilombola no período colonial. Ao contrário do que se estabeleceu no imaginário social, os quilombos não eram sem estrutura e reclusos. O quilombo foi e ainda é um lugar de resistência, onde mulheres negras tiveram um papel fundamental para sua sustentação.

Segundo informações contidas no acervo do Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas (NEAB) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) “Biografia de Mulheres Africanas”⁷, a líder que antecedeu Zumbi foi a congoleza Aqualtune. Ela viveu entre os séculos XVI e XVII. Pertencente a uma linhagem real, natural do Congo, foi trazida para o Brasil para ser escravizada e se tornou uma grande líder e guerreira, representando uma figura importante na constituição do Quilombo de Zumbi dos Palmares, onde foi uma das lideranças que antecedeu Zumbi. Alqualtune representa para a luta de mulheres negras resistência, poder e inteligência.

Outra representante da causa foi Tereza de Benguela, que atuou como defensora do povo negro e líder do Quilombo Quariterê na região do Mato Grosso, no século XVIII. Assim, para sua homenagem é comemorado no dia 25 de julho o Dia

⁶ Dados disponíveis em: <

<https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/quadro-geral-por-estados-e-regioes-14-03-2023.pdf>>

⁷ Texto da Biografia de Mulheres Africanas, disponível em: <<https://www.ufrgs.br/africanas/>>

Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, sancionada pela Lei nº 12.987/2014. Ainda, mais uma mulher negra extraordinária que marcou a história, como tantas outras que não tiveram visibilidade por conta do epistemicídio e do apagamento da história de luta do povo negro, principalmente, de mulheres negras no Brasil, foi a companheira de Zumbi, chamada Dandara, sendo uma grande líder e com habilidades singulares.

O fator religião foi essencial para a formação social e moral da época. A Igreja Católica teve um papel fundamental para manter, difundir e mascarar a realidade brutal vivenciada pelo povo africano. “O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos “infiéis”, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro” (Nascimento, 1978, p. 52). Os negros e negras eram batizados, tinham seus nomes trocados para nomes de origem europeia e, após o batismo no que Nascimento (1978) vai chamar de “águas místicas”, havia o discurso de que o negro se tornaria “um desgraçado limpo e branco”.

Com isso, o “Cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (Nascimento, 1978, p.53). A difusão do discurso acima reafirma a ideologia da “democracia racial”, no Brasil, que teve como maior propulsor o sociólogo Gilberto Freyre. Nascimento (1978) destaca dois pontos pilares para a reprodução dessa ideologia.

Primeiro, que a escravização, no Brasil, foi mais branda comparada às colônias inglesas, como dos Estados Unidos, por exemplo. E, o segundo ponto que sustenta a “democracia racial” no Brasil, segundo o referido autor, é que as manifestações da cultura africana ocorreram de forma plena e harmoniosa entre o branco e o negro, na colônia, mas a realidade foi divergente do que se propaga. Apesar de, nos dias de hoje, verificarmos de forma notável as influências da cultura africana em nossa sociedade – seja na culinária, música, dança, religiões, linguagem etc -, ela foi tratada de forma marginalizada e criminalizada durante muitos anos.

[...] o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos. Canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como elemento integral da cultura brasileira,

seriam outros tantos comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros brancos" (Nascimento, 1978, p. 55).

Toda a cultura do povo africano foi considerada por séculos como um crime ou como algo demonizado, até o momento em que há apropriação por parte do povo branco. -- Podemos usar como exemplo o samba, que a princípio era tratado como "coisa de vadio" e, posteriormente passou a ser considerado como um cartão postal do país e foi tratado como mercadoria pelo branco rico. Apesar de que, a apropriação cultural pelo branco mascarava as investidas que visavam extinguir a cultura afrodescendente e a pessoa negra do Brasil.

Cabe ressaltar que, a questão do processo de embranquecimento e miscigenação tem em seu corpo a diversidade de tons de pele, sotaques, entre outras características de fenótipos e genótipos, como destaca Nascimento (1978). Tais características reforçam a ideologia equivocada de Gilberto Freyre levando a uma então existente "democracia racial" no Brasil, pois aqui não se teve a segregação tão explícita como nos Estados Unidos, por exemplo.

Uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de "democracia racial?" (Nascimento, 1978, p.46).

Por isso, ao ocupar um lugar de poder, domínio e privilégios a aristocracia branca declara todo o restante que não se assemelha a ela como algo inferior e demonizado, e exerce essa dominação através da detenção dos meios de produção e as ferramentas bélicas, conseqüentemente, configura-se como a raiz do preconceito racial no Brasil e fora dele, dificultando a mobilidade social, econômica e política de corpos negros. Com essa constatação é possível visualizar a relação embrionária entre racismo, patriarcado e o capitalismo. Sendo pontos orgânicos para a ordem social burguesa –aquí ainda como protoforma do capitalismo– para que seja mantida em diferentes tempos históricos. Essa correlação de reconhecimento e usufruto de privilégios para pessoas brancas se caracteriza como *branquitude*. Sendo assim, Bento (2002, p.07) conceitua

[...] a branquitude como um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. Branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pacto entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras.

Retomando a relação do mito o da democracia racial, para Nascimento (1978), a reprodução dessa ideologia foi assegurada pela minimização da escravização reproduzida pelo discurso que faz distorções da realidade, por exemplo, “os negros já se escravizavam na África”. É sabido que no continente africano povos considerados inimigos eram vencidos em confrontos e postos à posição de servos ou vendidos. Já o formato escravista usa do teor racial para desumanizar, subalternizar e escravizar o africano e seus descendentes.

Tal inversão da realidade põe máscara no que de fato era o desejo do branco ao negro, pois o “objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro” (Nascimento, 1978, p.43). Ou seja, quando o corpo negro já não era produtivo e rentável, tinha seu extermínio e descarte por parte do branco burguês.

Essa tentativa permaneceu no período pós abolição com o processo de embranquecimento da população. Na qual, é possível constatar o imbricamento das questões do patriarcado e racismo na sociedade capitalista, demarcando diferenças entre privilegiados(as) e desassistidos(as) baseado nas relações de gênero e raça/etnia – na qual as mulheres, com ênfase nas mulheres negras e pobres – que serão afetados(as) pelas desigualdades sociais e as expressões da questão social produzidas pelo capitalismo. No tópico 1.2. será tratada a relação do cuidado enquanto trabalho — não reconhecido e condicionado a mulher negra — com o recorte de raça, gênero e classe.

1.2 Mulheres Negras e o “Trabalho do Cuidado”: Compulsório e Servil

No Brasil Colonial, temos o acirramento da questão quando analisamos o racismo e exploração do corpo das mulheres negras. Como foi apontado no item anterior, corpos de mulheres foram controlados para garantir a reprodução da força de trabalho e o “desenvolvimento” de uma sociedade que apontava para o capitalismo, a base de muita violência e abuso. Paralelo a esse processo, na Europa as mulheres brancas e pobres eram caçadas como bruxas, mortas, torturadas e controladas. Partindo disso, é considerado importante destacar que,

[...] foi um processo similar ao vivenciado pelas mulheres negras nas *plantations* coloniais americanas que ao final do tráfico de escravos (1807)

eram forçadas a se tornarem as criadoras dos novos trabalhadores. A autora ressalta que tal comparação apresenta alguns limites como o fato de que as mulheres negras estavam abertamente expostas às violências sexuais e as europeias não, mesmo sofrendo o risco de serem estupradas. Mas, nas Américas, além do estupro ter sido uma prática cotidiana na vida das mulheres negras, estas ainda conviviam com o fato dos seus filhos serem vendidos, leiloados e escravizados (Federici, 2017, *apud* Costa, 2019, p.32).

Nas Américas, durante o período de escravização, o corpo negro passou por um processo de desmunização e coisificação, na qual mulheres negras eram tratadas como mero objeto por parte de homens brancos ricos e/ou pobres e sofriam as mais diversas violências, dentre elas a sexual. No Brasil, tal ato provocou o processo de miscigenação, o que viabilizou e garantiu a reprodução de força de trabalho escravizada. Sendo assim, o modelo capitalista tem como meio de sustentação via expropriação, violência e exploração de corpos e força de trabalho da mulher e de matérias primas, onde

[...] as economias dependentes necessitam produzir mais excedentes, pois se fundamentam na transferência de valores. Nesse processo de produção de mais excedentes, a força de trabalho das mulheres passa por um processo de exploração mais intenso e quando conjugamos as responsabilidades junto à reprodução da força de trabalho, temos um grupo de sujeitos que sustentam boa parte da lógica da dependência que se baseia em um sistema de exploração-dominância estruturado pelo racismo e o patriarcado, que fundamenta uma realidade perpassada pela divisão sexual e racial do trabalho e o trabalho doméstico não pago e/ou mal pago e precarizado (Costa, 2019, p. 41).

Como Gonzalez (2020) destaca, o racismo e a divisão entre mais privilegiados e menos favorecidos e o sexismo são utilizados como instrumentos de manutenção de uma ordem social desigual, principal característica do capitalismo, onde contém um pensamento autoritário da mesma forma que é adaptado e imbricado no pensamento social para que o mesmo seja reproduzido sem questionamentos, beneficiando os filhos desses *senhores brancos* de geração em geração. Desse jeito, julgar os povos ameríndios e africanos como inferiores, subalternos, submissos e incapazes, foi - e continua a ser - uma artimanha da estrutura social, econômica e política do capitalismo brasileiro para permitir a manutenção da supremacia branca sob a população não branca.

Partindo desse ponto de vista, a subjugação de uma raça em relação à outra e a separação de sexo e seu papel social, caracterizaram a formação social do capitalismo dependente brasileiro. “Na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação

sofrido pela mulher negra -enquanto raça, classe e sexo -, assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p.48).

No início do processo de escravização no Brasil, havia uma divisão de tarefas para essas pessoas cativas de acordo com o gênero e função social num formato de sociedade patriarcal. Como também, as atividades eram direcionadas a partir dos ciclos econômicos em que o Brasil Colônia sofria com seu processo de desenvolvimento, sendo esses o ciclo da cana de açúcar (XVI-XVIII), do ouro (XVIII), do café (início do séc. XIX a 1930); além de utilizar das intangibilidades (em engenharia, agricultura, etc.) do povo que estava sendo escravizado.

Ademais, Gonzalez (2020) elucida que coube à mulher negra duas ocupações enquanto escravizada: a de mucama e a “escrava” do eito. A escravizada no eito (ou campo) exercia as mesmas atividades que o homem negro escravizado nas plantações, por exemplo. Já “enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas” (Gonzalez, 2020, p.46). A ela era reservado o trabalho do cuidado com a produção e reprodução do âmbito privado da vida da família senhorial. Por assim, cabe conceituar o que é o *cuidado*, segundo Passos (2020)

Recordamos que o cuidado é a expressão da necessidade ontológica do ser social e da sua “satisfação” por meio do trabalho de outro indivíduo. Isso torna primordial analisar a forma como foi imposta socialmente uma maneira de exercer, executar e vivenciar essa responsabilidade, principalmente no que diz respeito às mulheres negras (Passos, 2020, p.120).

A pessoa escravizada assumia um caráter de mercadoria durante o período de escravização, eram vendidos e tratados como *coisa* rentável para o senhor de engenho. A mulher negra que estava nas acomodações (a que foi nomeada como mucama), ou estava no campo, era condicionada a manter a (re) produção da vida, sendo explorada nas suas atividades cotidianas e também sexualmente. Nisso, a mulher negra, além de sobrecarregada tanto no campo como na “casa-grande”, era tratada como um objeto sexual para proporcionar prazer ao homem branco, era “utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora da força de trabalho” (Saffioti, 1978, p.90). Conseqüentemente, a combinação dos fatores de opressão vivenciada pela mulher negra escravizada a tornou o alvo da mais alta exploração e desumanização.

Além disso, a autora acrescenta que o processo de reificação do corpo negro (coisificação, tratando o ser humano como uma *coisa*, uma mercadoria), principalmente, da mulher negra é importante considerar ser

A mais séria inconsistência, entretanto, aparece quando são examinados os papéis a cujo desempenho estava sujeita a mulher negra. Com efeito, cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas (Saffioti, 1978, p. 89).

Portanto, a mulher negra era considerada como um alvo para atender desejos sexuais do senhor branco e, ainda, segundo Saffioti (1978, p.90) a mesma era alugada a outros brancos para servir de destino de prazer, sendo violentada e estuprada. Durante o período colonial, as violações e estupros resultaram no processo de miscigenação, sendo o mesmo utilizado como estratégia para tornar possível o embranquecimento da população brasileira, e ainda, para reafirmar que havia uma democracia racial no Brasil. Desse modo, o mito da democracia racial está atrelado à romantização da violência sexual sofrida pela mulher negra por parte do homem branco rico ou pobre, culminando no processo de miscigenação no Brasil.

Saffioti (1978) e Gonzalez (2020) afirmam que tal relação entre o senhor e a escravizada, gerava ciúmes na esposa legítima pela atenção do seu marido. “O resultado, na maioria das vezes, era a aplicação de castigos, os mais cruéis possíveis sobre as mulheres negras, denotando a relação de assimetria ali existente” (Carneiro, 2002, *apud*, Ferreira, 2016, p.44).

Evidentemente, a rivalidade entre brancas e negras não se configurava totalmente como uma competição. Pelo sistema de castas os fins a que se destinavam umas e outras eram diversos. Embora com isto não se conseguisse eliminar as objetivações materiais das relações sexuais entre brancos e negras, estas se destinavam à satisfação das necessidades sexuais do senhor enquanto às brancas cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos (Saffioti, 1978, p.90).

À mulher branca rica era reservada apenas o papel de esposa legítima, educadora de seus filhos e controladora das atividades realizadas dentro da *casa-grande* pelos escravizados (na cozinha, na tecelagem, na costura, etc.) (Saffioti, 1978). Aqui, cabe sinalizar que a mulher branca afortunada exercia sobre a mulher negra escravizada uma opressão em vista da posição social de cada uma na sociedade de castas. “A mulher branca, distante de uma total submissão ao controle do esposo, em dadas situações “[...] era por excelência tão autoritária e despótica quanto o colonizador” (Carneiro, 2002, p. 171; *apud* Ferreira, 2016, p.44). Além

disso, mulheres brancas pobres, sem perspectivas e espaço na sociedade, quando não conseguiam casar-se, acabavam por prostituir-se para manter sua sobrevivência. Essa divisão social entre gênero e raça no período colonial pode ser resumida em “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca para casar” (Gonzalez, 2020. p. 50).

Na maioria das vezes, as mulheres brancas no período colonial – ainda no século XX há vestígios de uma educação baseada nos princípios de para formar uma mulher como boa esposa/mãe/dona de casa– , casavam-se novas, e antes de se casarem estavam reclusas em suas casas recebendo instrução para serem esposas e donas de casa na alta camada social. Nas raras vezes que saíam era para praticar a religiosidade. Em qualquer pequeno sinal de envolvimento considerado escandaloso, a mesma era castigada e posta à vergonha, ou ainda restava-lhe ser confinada em convento. Dessa forma, as mulheres brancas abastadas foram adestradas a serem submissas ao homem e dar seus filhos legítimos no regime patriarcal na sociedade colonial. Já as mulheres brancas pobres “sem herança e cercadas de preconceitos contra o trabalho, subsistem recorrendo ao comércio do próprio corpo” (Saffioti, 1978, p.92).

Para Ferreira (2016), a reprodução da mão de obra da força de trabalho escravizada era mantida pela mulher negra, tendo seus filhos já sentenciados a serem escravizados pelo *senhor* branco e sua família legal. Nesse sentido, houve casos de a mulher escravizada cometer infanticídio contra seus próprios filhos e tentarem suicídio para se livrarem do peso forçado que a escravidão lhes impunha. O desejo desesperado e doloroso pelo findar da vida transpunha o sentido de viver naquelas condições, pode-se ponderar que foi uma expressão de negar e resistir à escravização.

Ainda, Ferreira (2016) ressalta o item do arranjo familiar da família negra no Brasil Colônia e a relação da religiosidade como forma de resistência do povo negro. A presença do culto de religiões de matriz africana foi essencial para composição e mobilização do povo negro. O modelo da sociedade escravocrata forçou o escravizado a se reorganizar enquanto uma comunidade. Aliás, tais laços foram rompidos de forma brutal desde os sequestros em terras de origem. Sendo uma forma de enfraquecer a pessoa negra e dá-la a condição de escravizado.

Como aponta Nascimento, durante o período colonial concretizou-se

[...] a imagem da “mãe preta” aleitando a criança branca, Verger tipifica as evocações de sentimentalismos piegas, de barato apelo emocional. [...] Não conseguem, entretanto, obscurecer a natureza brutal e racista do sistema escravagista, *exceto para aqueles que tem interesse em não querer ver*. Digna de nota é a coincidência de idênticas imagens sentimentais serem invocadas pelos apologistas da escravidão num país com o qual o Brasil tão insistentemente tenta contrastar-se no que se refere a experiência escravocrata: os Estados Unidos. Neste também a criança branca mamou no seio das “Black Mammies”. Os “Uncle Toms” e as “Aunt Jamimas” da Norte América foram criados e usados para ocultar análoga vergonha àquela Mãe Preta e o Pai João supostamente velariam no Brasil. [*grifos do autor*] (Nascimento, 1978, p. 57).

Vale destacar que ao contrário do que se pensa, a mulher negra não ocupou um lugar de passividade frente a essas condições postas no período de escravização. A mesma era fundamental para o apoio em fugas como também,

Sua participação no interior das senzalas detinha influência direta e essencial, especialmente através da oralidade para a transmissão dos valores e crenças de uma comunidade negra que se gestava, detendo a religiosidade afro função fundamental neste aspecto. Era através da religião que se dava a busca constante pelo preservar, recriar e reconstruir da cultura e tradição de um povo que ousou resistir. Não apenas no Brasil, mas nas Américas, a mulher negra tornou-se o esteio na construção do parentesco diante da família (Ibid.) (Ferreira, 2016, p. 46).

O cuidado com seus companheiros de cativo e filhos era voltado para a mulher negra. Mesmo após a realização de seus trabalhos nas acomodações na casa da *senhora* e no campo, ainda cabia a ela, a mulher negra, a assistência para os demais escravizados. Nesse sentido, Gonzalez (2020) assevera:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão (Gonzalez, 2020, p.50).

A autora pontua que essa forma de sociabilidade consolidou um imaginário na sociedade brasileira de uma mulher negra mãe, e isso consistia na ideia que tem como primazia exercer o trabalho do cuidado em todos os âmbitos da vida, seja ela pública e privada, personificando a função compulsória e servil de cuidadora das mais diversas necessidades de outrem, quase sempre de maneira solo.

Para Passos (2020, p.120),

No caso das mulheres negras, a intersecção entre gênero, raça e classe vai levá-las a permanecer na execução do trabalho doméstico e de cuidados, não só como uma relação de extensão da esfera reprodutiva, mas estabelecida e demarcada pela colonialidade.

Trazer as vivências de opressão e violências da mulher negra é tocar em um assunto doloroso e amargo. Em contrapartida, ressaltar a resistência e o sentido

basilar de sua existência para a construção da sociedade brasileira com uma visão além daquela eurocêntrica é fundamental para a construção de uma história ainda mais preta. No item que se segue será retratada as condições sociais da população negra no período pós abolição até a contemporaneidade.

1.3. Avanço do capitalismo e a continuidade do processo discriminatório e de marginalização da população negra no Brasil

A crise do colonialismo e do escravismo estava sintonizada com a consolidação da industrialização na Europa e o surgimento de um novo padrão de dominação externa: o imperialismo (Costa, 2019, p. 51).

Nesse momento, precisamente entre os séculos XIX e XX, a economia passava por um processo de transformação, já não era mais utilizado o modelo de livre concorrência ou capitalismo concorrencial e sim, o capitalismo dos monopólios, da concentração e a criação de trustes. A principal característica do capitalismo imperialista é a soberania de uma nação sobre outra em fatores econômicos e políticos, onde teve-se confrontos armados, resultando na 1ª Guerra Mundial (1939) com a polarização entre “capitalismo e socialismo”.

Antecedendo a consolidação do imperialismo, no fim do Estatuto Colonial, no Brasil, “O escravo sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior” (Fernandes, 2020, p.130). É nesse período histórico que o autor afirma ocorrer a Revolução Burguesa no Brasil. Tal processo acontece com uma progressão gradual (nos quesitos econômicos, políticos e sociais) de uma sociedade firmada na relação senhor-escravizado para os primeiros vestígios capitalistas, com o aumento do trabalho livre – com destaque dos imigrantes europeus –, ao mesmo tempo em que ocorria um elevado índice de fugas efetuadas pelos escravizados. Costa (2019) em acordo com Fernandes (2020), irá afirmar que

[...] inicialmente as colônias nascem e se desenvolvem no interior do mercantilismo, sob predominância do capital comercial europeu, posteriormente, o desenvolvimento do capital industrial na Europa impacta às formações econômico-sociais fundadas no trabalho escravo. No século XIX, com o desenvolvimento e consolidação do capitalismo nos países europeus, as sociedades coloniais entram em crise e declínio. Isso ocorre porque as sociedades do denominado novo mundo estão vinculadas e atadas à economia mundial (Costa, 2019, p.43).

Florestan (2020), salienta que a Revolução Burguesa no Brasil, rompeu com o estatuto colonial para uma expansão econômica em formato capitalista, na qual

carregava consigo os interesses do homem branco. “Na verdade, assim como não tivemos um “feudalismo”, também não tivemos o “burgo” característico do mundo medieval.” (Florestan, 2020, p. 34). Tal característica é particular do desenvolvimento capitalista do Brasil, pois aqui não existiu o modelo social feudal.

A abolição da escravatura estava travestida de um interesse próprio da burguesia. Portanto,

[...] partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, [...] pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado. (Fernandes, 2020, p. 35)

Para mais, segundo Ferreira (2016) o Brasil estava sofrendo grande pressão externa, principalmente da Inglaterra, por ser um dos últimos países que ainda adotava o modelo escravista para a produção e reprodução social. Sendo assim, para que o capitalismo pudesse se expandir de forma global era necessário que os países da América Latina se atualizassem para corresponder às necessidades econômicas dos países considerados desenvolvidos.

Um dos momentos definidores do processo de extinção da escravidão foi a proibição do tráfico negreiro estabelecida desde 1831 (Lei Diogo Feijó) é apenas em 1850, com a Lei Euzébio de Queiroz, que se encerra de fato o tráfico, sob pressão contínua da Inglaterra “que havia se tornado a ‘guardiã moral do mundo’, fiscalizando embarcações, invadindo águas territoriais e bloqueando portos” (Pamplona, 2013, p. 84, *apud*, Ferreira, 2016, p.53).

Para Ferreira (2016) foi estrategicamente planejado a marginalização do povo negro escravizado. Durante o processo que resultou na abolição, a Lei de Terras de 1850 foi um meio de negar ao negro o acesso à terra para a reprodução de seu povo. Em 1885, foi decretada a Lei Sexagenário onde libertava os cativos acima dos 65 anos. Em diversos casos, o liberto, sem condição de sobrevivência garantida, acabava por regressar para as fazendas onde eram escravizados, para assim continuar a exercer a força de trabalho de forma precária e desumana. De acordo com a autora, uma pequena parcela conseguiu retornar ao continente africano e outra migrou para os centros urbanos, mas sem nenhuma perspectiva usufruir dos direitos de cidadania, possuir qualidade de vida e uma reprodução social assegurada.

De forma súbita o escravizado se viu como homem livre, um cidadão, mas despido de cidadania. Pois, nenhuma política pública foi criada para que fosse viável assegurar à pessoa liberta direitos mínimos para a sua sobrevivência. Ao contrário,

foram criminalizados e expostos a condições em que tinham apenas sua própria sorte. Florestan (2020), salienta que a Revolução Burguesa no Brasil, rompeu com o estatuto colonial para uma expansão econômica em formato capitalista, na qual carregava consigo os interesses do homem branco. A abolição da escravatura estava travestida de um interesse próprio da burguesia. Portanto,

[...] partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, [...] pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (Fernandes, 2020, p. 35)

Dessa forma, com o fim da escravização e com a alta imigração de europeus – estes tendo as melhores promessas e condições para disponibilizar sua mão de obra financiadas pelo Estado—, o ex-cativo foi posto de lado como uma figura disfuncional para o novo modelo de sociedade, e considerado incapaz de exercer funções no mercado de trabalho em que a generalização do trabalho livre e o assalariamento era condição para o desenvolvimento capitalista. A principal corrente para a sustentação e reprodução desse pensamento de exclusão do corpo negro apoiado com uma corrente científica foi a Teoria Eugenista⁸.

Em conformidade, com a exclusão do povo negro na sociedade pós abolição, o homem negro foi taxado como vadio, desprovido de inteligência, selvagem, violento e abusador, sobrando a ele ocupações braçais e subalternizadas. E para a mulher negra restaram o trabalho e as funções precárias, majoritariamente voltadas ao cuidado doméstico e à exploração dos seus corpos. Segundo Costa (2019, p.36)

Na Europa, os (as) servos (as) e camponeses (as) foram expropriados, mas grande parte transformados em trabalhadores (as) assalariados (as). Aqui nossas terras e riquezas naturais foram exploradas, vendidas, negociadas e a população nativa indígena, e depois a população negra vinda da África, não serviu ao capitalista como força de trabalho, sendo a figura do imigrante o (a) trabalhador (a) assalariado (a) na América Latina.

⁸ Segundo Stepan (2004) a eugenia no contexto brasileiro abrange um conjunto de conceitos e práticas destinadas à população aprimorada por meio de intervenções de genética e seleção, influenciadas pelas teorias eugênicas europeias dos séculos XIX e XX. Durante essa época, houve um interesse crescente em aplicar tais ideias no Brasil, moldando políticas públicas, práticas médicas e discussões sociais. No Brasil, a eugenia encontrou maior acolhimento nas décadas de 1920 e 1930, um período de mudanças sociais, científicas e políticas. Acreditava-se que a promoção de características consideradas desejáveis e as características de felicidade favoráveis levariam a uma sociedade mais saudável, inteligente e produtiva. Essas concepções eugênicas deixaram sua marca em diversos aspectos da sociedade brasileira daquela época, incluindo a política de imigração, a regulamentação matrimonial e as práticas de esterilização compulsória. A política de imigração visava atrair grupos externos considerados superiores, enquanto medidas de controle de natalidade eram aplicadas para conter o crescimento de grupos considerados "indesejáveis".

Ferreira (2016) coloca em destaque a presença marcante de mulheres negras como vendedoras em feiras de quitutes (doces, bolos, etc.) e de hortaliças nesse período. Ainda, Saffioti (1978) afirma que as mulheres negras precisavam prostituir-se para se manter economicamente, agora, com um contrato e com ganho em espécie.

[...] na imposição de um salário, a natureza impessoal e contratual de uma relação comercial, em que a vontade de ambas as partes deve ser levada em linha de conta. Não se deve entender, com isto, que a prostituição seja voluntária. [...] Todavia, se é meramente abstrata a liberdade da mulher não escrava para prostituir-se ou não, a prostituição no regime de mão-de-obra livre desnuda sua tutela exclusivamente comercial e, portanto, sua essência enquanto exploração de uma classe social por outra (Saffioti, 1978, p.96).

Foram diversos os mecanismos criados para a garantia da subsistência da mulher negra e sua família. Ainda, nesse momento ocorrem transformações no modelo familiar, em especial, o modelo de família monoparental feminina negra já estava presente nesse período.

Organiza-se, assim, gradualmente, aquela grande massa amorfa saída das condições de quase anomia a que havia sido entregue pelo regime escravista. Vai aos poucos integrando-se nas camadas inferiores da nova sociedade, passando a constituir famílias monogâmicas e mais ou menos estáveis (Saffioti, 1978, p. 96).

A escravização do povo negro deixou uma herança intolerável para os afrodescendentes, porém

[...] a persistência desses lugares sociais desvantajosos impostos à população negra não perdura meramente como uma herança escravista, [...] são cotidianamente reabilitados e reinventados na dinâmica das relações sociais marcadas pelas desigualdades de classe, raça e sexo (Vieira, 2017, p.2).

Ou seja, essa forma de discriminação e marginalização da pessoa negra advém do escravismo, porém para ser perpetuada e continuar sendo reproduzida, essa ideologia sofre atualizações necessárias para dialogarem com a realidade de uma sociedade contemporânea, cuja constituição do modo de produção capitalista se formou dependente e periférico às nações consideradas desenvolvidas

Ademais, segundo Vieira (2017), a exclusão da pessoa negra na sociedade gerou um considerável exército industrial de reserva. Em contrapartida, foi a atividade exercida pelo povo negro através de sua força de trabalho - considerada barata-, que garantiu a sustentação e desenvolvimento da ordem capitalista em países centrais e o lucro para a classe dominante brasileira. Os/as negro(as) ocuparam condições informais, com pouca remuneração e desprestígio social.

Desse modo, Costa (2019) explana na mesma direção que Vieira (2017), que com o avanço da industrialização para beneficiar o sistema capitalista imperialista, houve a necessidade de exploração de força de trabalho do(a) negro(a) para atender a demanda que surgia naquele momento, sendo assim

A integração ao imperialismo produz dois elementos fundamentais para o Brasil, um refere-se ao aumento da capacidade produtiva da indústria por meio da modernização tecnológica. De outro lado, aumenta o desemprego e se aprofunda o processo de superexploração da força de trabalho, uma vez que a classe trabalhadora brasileira nos ramos mais importantes da indústria tinha seu fundo de vida e seu fundo de consumo voltados para a acumulação de capital e não conseguiam as condições necessárias para manter sua reprodução em graus mais toleráveis, situação que vem se aprofundando historicamente. A integração e subordinação do Brasil ao imperialismo norte-americano explicitam as características particulares do capitalismo na realidade brasileira e do processo de industrialização (Costa, 2019, p.57).

Nesta perspectiva, estamos de acordo com Costa (2019) ao afirmar que a característica de uma sociedade de economia dependente impactada pelo processo de expropriação de riquezas e superexploração de uma mão de obra barateada, irá afetar os grupos que na história do capitalismo são os mais desfavorecidos, mulheres, não brancos, e a população LGBTQIA+⁹. É de suma importância compreender o processo que leva um país a se tornar dependente. No geral, o país periférico precisa produzir mais-valia para exportar e ainda, fomentar a economia interna. Vemos aí já uma desigualdade que acarreta uma maior produtividade ao mesmo passo que avança com a pauperização desses países. Além disso, nesses locais que há uma alta produtividade para atender a interesses internos, tem-se a ação de compensar a margem de lucro que é afetada pela troca de valor para economias internacionais, sucedendo a elevada taxa de exploração de mão de obra, desemprego e extensão da jornada de trabalho. Dessa forma, segundo Costa (2019, p.51)

A produção e apropriação de mais-valia nos países de capitalismo dependente que necessitam dividir tal riqueza com os países imperialistas que os dominam, seja Inglaterra, seja, posteriormente os EUA, ocorre via superexploração da força de trabalho que significa a forma particular na qual se desenvolve a exploração da força de trabalho na América Latina e produz baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição, repressão política e demais elementos que marcam a vida da população latino-americana.

⁹ Sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

Nesse mesmo quadro, como afirma a autora, as mulheres serviram de base para o desenvolvimento capitalista, garantindo a reprodução da vida e força de trabalho, exercendo o trabalho de cuidado no âmbito privado, sem qualquer reconhecimento e valorização salarial. Ainda, eram designadas ao zelo doméstico como aptidão e dom, considerados como próprios da natureza de ser mulher, fazendo a ausência de responsabilidade do homem e do Estado em exercer o cuidado. Neste processo, foram e ainda hoje são as mais atingidas com falta de acesso à profissionalização, inscrevendo-se na informalidade, no subemprego, com baixos salários, e o trabalho doméstico largamente exercido por elas, considerado invisível e não remunerado.

A superexploração da força de trabalho é o formato e a essência da exploração da classe trabalhadora no capitalismo dependente. Neste debate, ao analisarmos os sujeitos que sofrem esse processo encontraremos que as mulheres latinas, principalmente as negras, estão no centro desse processo de exploração que ao estruturar-se pelo patriarcado e pelo racismo alimenta e fundamenta a divisão social, sexual e racial do trabalho e o trabalho doméstico, produzindo condições de existência e trabalho particulares para as mulheres, como as situações de violência que vivenciam, a exemplo do feminicídio ser a violência que mais acomete as mulheres na América Latina (Costa, 2019, p. 75).

Como resistência à esse desenvolvimento da ordem capitalista carregado de traços de abuso e violência, já na segunda metade do século XX, o período foi marcado por avanços no que tange à luta feminista e a expansão de direitos da mulher. Mais mulheres estavam ocupando cadeiras em universidades, sendo proporcionalmente igual no mercado de trabalho, entre outras conquistas. Porém, reflexos degradantes para a população negra e para a mulher advindos do processo de exploração, a colocando em uma posição subalterna é materializada a partir das estatísticas que seguem: dados da década de 1960 a 1970, demonstram que homens negros e mulheres negras exerciam funções, majoritariamente, manuais. E a maioria presente nas Universidades eram de pessoas brancas e de classe média/alta. Nesse recorte, era recorrente a mulher negra ser direcionada para o setor doméstico e de prestação de serviços. “Em contraste, a proporção de mulheres brancas que realizam trabalhos manuais é significativamente menor (61,5%)” (Gonzalez, 2020, p.144).

Gonzalez (2020, p.145) aborda um comparativo de posição de cargos nível médio e superior da década de 1960-70, sendo desigual a proporção entre a mulher branca e a mulher negra, onde 14,4% são mulheres negras e 29,7% mulheres

brancas, exercendo funções de nível médio. Já em postos de nível superior, o desequilíbrio continua acentuado, na qual, 8,8% são brancas e 2,5% negras. Em funções que não exigem uma técnica ou um saber teórico – inclui a parcela de mulheres sem instrução - seriam de trabalhos informais, precários, análogos a escravidão, com baixa remuneração ou com a ausência dessa.

Já no item educação, as mulheres negras, geralmente, precisavam abandonar os estudos para buscar uma renda de sobrevivência, muitas delas sequer tiveram a oportunidade de ter acesso à educação, um exemplo é a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, mulher negra nascida em Minas Gerais, que viveu na favela de São Paulo no século XX, às margem do Rio Tietê, e para sobreviver era catadora de recicláveis. Em seus textos há a marca da importância de se expressar através da escrita para se fortalecer e enfrentar a desigualdade social que a assolava.

“De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata” (Gonzalez, 2020, p.50). Tem-se o imaginário fixado da mulher negra enquanto doméstica, ou em outra qualquer atividade desvalorizada, superexplorada e desprestigiada, e como “mulata de exportação” sendo objetificada e hiper sexualizada. Nas palavras de Gonzalez (2020, p.154), a mulher negra é considerada

[...] como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico”.

A autora utiliza-se do termo *mulata* – hoje inadequado, carregado de preconceitos por sua conotação racista e sexista - para designar a mulher negra, com o fenótipo curvilíneo que fez a “fama” da brasileira no exterior. Utilizada de forma alienada como um produto de exportação “pelas classes média e alta que introduziram uma série de valores diretamente oriundos do sistema hegemônico, culminou com esse tipo de manipulação/exploração sexual, social e econômica de muitas jovens negras de origem humilde” (Gonzalez, 2020, p. 51), presente ao longo do século XX.

Nos anos 2000, a mulher negra permanece no lugar de exploração, culminando em falta de oportunidades para ascender socialmente. Dessa forma, ela se vê sem alternativas pela falta de saídas, o que leva a necessidade de buscar caminhos para sobreviver, se mantendo na informalidade, em empregos desgastantes, em situações de violência e abuso, como também, na dupla jornada

de trabalho. Porque é ela quem cuida do setor privado e público da vida, não só dela, mas também de toda sua família.

Theodoro (2008) salienta que

[...] em realidade o engodo do capitalismo associado às características da formação social brasileira, como o racismo e a subjugação da mulher alijou parte significativa da comunidade negra do mundo do trabalho formal, conduzindo-a à perpetuação da pobreza e da miséria ocupando os postos de trabalho menos valorizados e compondo o que atualmente considera-se como mercado informal (Theodoro, 2008, *apud*, Ferreira, 2016, p.59).

De forma geral, a mulher é condicionada ao trabalho do cuidado, mulheres pobres e negras, ficam na base da pirâmide social. Tendo atribuições que as sobrecarregam, e as exclui do mercado formal e o acesso à profissionalização. Ainda, quando sua condição é de mãe solo, o mercado formal acaba por considerá-la como uma profissional que irá gerar mais custos do que benefícios, pois na maioria das vezes não obtém uma rede de apoio para os cuidados domésticos e com seus filhos, sendo a única responsabilizada para o provimento de seu lar e do cuidado do âmbito privado.

Nesse sentido, a posição de pessoa responsável pelo grupo familiar, segundo a base de dados de Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) do IBGE do ano de 2015 demonstram a realidade brasileira sendo a soma de 63,9% de famílias chefiadas por mulheres com filhos, em situação de monoparentalidade ou não.

Tabela 01- Distribuição percentual (%) das famílias, por tipo de arranjo familiar, segunda sexo do/a chefe de família- Brasil, 2015

Sexo	Casal com filhos (pessoa de referência)	Mulheres com filhos (família monoparental feminina)	Homens com filhos(família monoparental masculina)	Mulheres sem filhos
Homem	55,1	—	3,7	—
Mulher	23,5	40,4	—	7,4

Fonte: IBGE/PNAD (2015). Elaboração da autora.

Dessas mulheres que representam a chefia do núcleo familiar, dos 23,5% do grupo de casal com filhos, cerca de 59,1% corresponde a mulheres negras e 40,9% brancas. Já a do grupo de 40,4% de mulheres com filhos (monoparentais) representa 58,8% de mulheres negras chefes de família, e 41,2% brancas.

Tabela 02- Distribuição percentual (%) das famílias chefiadas por mulheres, por tipo de arranjo familiar, segundo cor/raça do/a chefe de família- Brasil, 2015

Cor/raça	Casal com filhos (pessoa de referência)	Mulheres com filhos (família monoparental feminina)	Mulheres sem filhos
Branca	40,9	41,2	44,6
Negra	59,1	58,8	55,4

Fonte: IBGE/PNAD (2015). Elaboração da autora.

Já na categoria educação, pessoas negras têm mais dificuldade em acessar e se manter nas escolas. O principal motivo é a necessidade de ter uma renda para sua subsistência. Dados de 2015 (IBGE), apontam que 96,1% de meninas negras ingressam no ensino fundamental, podendo concluir ou não. Já na progressão dos estudos, a presença da mulher negra cai drasticamente no nível de escolaridade comparada a mulheres brancas, e a escolaridade do homem negro chega a ser menos acessada que das mulheres negras. Abaixo segue o quadro em relação à escolarização, gênero e raça, nas regiões do Brasil:

Tabela 03- Taxa de escolarização líquida, por sexo, segundo cor/raça e nível de ensino- Brasil, 2015

Sexo/cor	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Mulheres negras	96,1%	57,1%	15%
Mulheres brancas	96,8%	69,3%	28,1%

Fonte: IBGE/PNAD (2015). Elaboração da autora.

Se considerar o acesso de pessoas negras nas Universidades Públicas e Privadas, sabe-se que é ainda menor, sendo de 15%. Com a reparação através da Política de Cotas¹⁰, foi possível ter um aumento na ocupação desse espaço por parte do grupo de pessoas negras. Tem-se os seguintes dados referente a entrada

¹⁰ A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) foi um marco na política de cotas no Brasil, estabelecendo que as instituições federais de ensino superior devem reservar uma perspectiva de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência, com base na proporção desses grupos na população do estado.

da população negra no ensino superior através de programas governamentais de acesso ao ensino superior:

No intervalo de 2005 a 2013, pouco mais da metade (52%) dos contemplados pelo PROUNI eram mulheres e 49,8% negros. Segundo a PNAD (2004- 2014), 59,3% das matrículas do FIES eram de mulheres, entre 2004 e 2014, e na educação técnica de nível médio elas representam 54%. O percentual de mulheres com nível médio completo salta de 16,3%, em 2004, para 26,8%, em 2014 (ONU, 2016) (Vieira, 2017, p.15).

Nas estimativas do ano de 2013, segundo o estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a partir da base de dados do IBGE, cerca de 93,5% dos trabalhadores do setor doméstico são mulheres. Dessas, 63,9% negras e 36,1% não negras (brancas, amarelas, indígenas). Apesar da Lei Complementar de 2015 que regularizou os direitos trabalhistas da trabalhadora doméstica, segundo Vieira (2017), teve-se um aumento de 15,1% de carteiras assinadas para mulheres negras e 8,4% para brancas. Mas isso não significa melhores condições de trabalho e oportunidades no mercado. Como também, os vínculos empregatícios que passaram a ser adotados foram os mais precários (contratos temporários, terceirização, etc.). Ainda, em 2015 os dados do IBGE demonstram o percentual de mulheres que se dedicam ao setor de serviços sociais (doméstico, saúde, educação), soma 33,7% dessas a parcela chega a 32,4% de brancas e 35% negras. O homem branco lidera a vantagem de valorização salarial, seguido da mulher branca que sobrepõe o homem e a mulher negra em rendimentos salariais.

Uma década mais tarde, no 4º trimestre de 2022, os dados da base de dados do DIEESE, ainda não demonstram grandes alterações, pois uma parte considerável do grupo de domésticas continua sendo feminino, totalizando 91,4%. Dessas, 67,3% eram negras e 32,7% não negras. Ainda, apenas 24,7% obtinham carteira assinada, enquanto 35,7% conseguiam contribuir com a Previdência Social. O maior percentual de escolaridade recai no item de ensino fundamental incompleto (38,2%), seguido de ensino médio completo (32,9%). A partir da pesquisa foi possível concluir que dessas mulheres 52,9% eram chefes de família e 29,5% tinham cônjuge.

E por último, e muito atrelado com as questões acima, ao elencar algumas características do perfil das mulheres negras (escolaridade, atividade/ocupação, posição no núcleo familiar), é constatado que esse grupo apresente um grande número no que diz respeito a falta de acesso a direitos e estão mais sujeitas ao processo de pauperização no mundo do capital.

Dessa forma, destacando os últimos pontos que fazem alusão com o objetivo deste trabalho, temos as seguintes taxas do ano de 2006 (IBGE): mulheres negras beneficiárias do PBF (70,1%) e BPC (59,8%); mulheres brancas beneficiárias do PBF (29,5%) e BPC (40,2%). Vale destacar que, para acessar aos programas e benefícios da assistência social é necessário ser inscrito no Cadastro Único, e passar por uma avaliação socioeconômica onde o fator de renda é um dos requisitos fundamentais para a liberação do auxílio, na qual é necessário se enquadrar na situação de baixa renda/pobreza/extrema pobreza. Evidenciando que as mulheres negras no Brasil são as mais pauperizadas, afetadas pelas expressões da questão social e desprotegidas socialmente.

Sendo assim, ao estar posicionada em um lugar de desproteção social e econômica gerada pela assimetria de raça, gênero e classe, a mulher negra configura o público demandatário de políticas públicas que tratam das mazelas sociais perpetuadas no sistema capitalista dependente para que seja factível sua sobrevivência. No capítulo que se segue, será trabalhada a história e a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil e a presença majoritária da mulher negra enquanto usuária/beneficiária de projetos, programas e serviços dessa política pública.

CAPÍTULO 2 –ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E A CONTINUIDADE DA NOÇÃO DE BENESSE

Para uma reflexão descritiva-crítica sobre a Política de Assistência Social é necessário compreender como se deu o processo de desenvolvimento e construção da Assistência Social, a reconhecendo como direito social legitimado como política pública na sociedade brasileira em sua relação com a produção da pobreza na sociedade capitalista.

A Política de Assistência Social foi implementada no Brasil através da Constituição Federativa de 1988. Tal implantação visou a atenção às famílias e indivíduos no Brasil que se encontram desprotegidos socialmente em acesso a direitos de políticas sociais de responsabilidade do Estado e com o intuito de desenvolver suas potencialidades e fortalecer seus vínculos pessoais e comunitários. Porém, antes desse período, o Estado desenvolvia ações assistenciais mas com forte viés assistencialista, reiterando intervenções clientelista e paternalista, marcas da formação sócio-histórica brasileira.

A Assistência Social no Brasil vai se desenvolver inicialmente vinculada às Casas de Misericórdia da Igreja Católica vista como caridade; e posteriormente, no processo de industrialização como prática filantrópica vinculada às indústrias nascentes. Foi no último quartel do século XX que a Assistência Social se tornou política de Estado e presente no Título VIII Da Ordem Social, Capítulo II, Seção IV Assistência Social (Constituição Federal, 1988).

Ainda assim, após a consolidação da Constituição Federal de 1988, pela maneira que se encaminhou e progrediu a política no Brasil, tem-se uma noção de não direito, pois sua elaboração é carregada de aspectos paternalista¹¹, clientelista e assistencialista. E nesse movimento tem-se a negação da luta de classes e as expressões da questão social. Ademais, a política contém um traço contraditório em atender interesses da classe trabalhadora e da classe dominante, servindo como meio de manutenção da ordem capitalista. Para Couto (2015), essa contradição se estabelece da seguinte forma: por um lado, há a luta da classe trabalhadora que busca conquistar seus direitos. Por outro, a política permite a manutenção e reprodução do modelo societário em vigor.

Dessa forma, a partir das determinações que influenciaram a construção, implementação e desenvolvimento da política para dos que dela necessitam — pois a política é voltada para os sujeitos que encontram-se em situação de pobreza/extrema pobreza, violência, etc— tem se uma noção de não direito, pois a assistência em sua gênese na sociedade brasileira sofreu forte impacto do assistencialismo, filantropia e religiosidade. Sendo assim, o presente capítulo encontra-se organizado de maneira que no seu primeiro tópico será abordada a perspectiva da política em seu marco inicial com forte presença do damismo de Darcy Vargas na pasta de assistência na década de 1930. Posteriormente, no segundo tópico a implementação da Política de Assistência via CF 1988 e a construção de legislações pós CF no Brasil serão apresentados, e por último a relação do Serviço Social com a política de Assistência Social.

¹¹ Segundo Negro (2004), o paternalismo remete a uma noção de pai e filho do poder com a população, agindo como benevolente na cessão de políticas e direitos da classe trabalhadora na intenção de manusear a massa a seu favor.

2.1. Assistência Social como um não-direito: as primeiras-damas e o cuidado no setor público político

Nas palavras de Behring e Boschetti (2015, p. 75), “o Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal¹² como fundamento e o patrimonialismo¹³ como prática no sentido da garantia de privilégios das classes dominantes.” Esse traço fundante explica a dinamicidade da política no Brasil até os dias atuais.

Tal atributo fica evidente durante o Governo Vargas, segundo Behring e Boschetti (2015), o qual foi reconhecido como um marcador de avanços na criação de políticas sociais, ainda, por sua figura populista, o que levou o ex-presidente Vargas a ser nomeado como “o pai dos pobres”. Com isso, após a crise mundial, a chamada Grande Depressão que advém dos Estados Unidos e tomou proporções universais, e foi considerada uma das maiores crises no mundo capitalismo ocasionada pela superprodução, em contrapartida os salários não seguiram o mesmo ritmo produtivo, o que resultou na queda da aquisição de bens por parte dos(as) trabalhadoras, gerando dívidas e liquidações.

Além disso, na Revolução de 1930 no Brasil, o país tem seu marco assistencial carregado de traços firmados no assistencialismo, muito influenciado pelo primeiro damismo, que é a forte participação da primeira-dama no governo, principalmente, em pastas voltadas para assistência social. Sendo que, *a priori*, a religião assumiu papel importante na assistência, na qual era ligado a caridade/filantropia como prática relacionada ao bem e ao divino. Até então a

¹² O pensamento liberal surgiu na Europa durante o século XVIII tendo como principais pensadores John Locke e Montesquieu. O liberalismo assume um caráter de individualização dos sujeitos — podendo considerar ser uma responsabilização da pessoa com a situação de sua realidade objetiva e subjetiva —, segundo Silva (2011), o Estado mínimo atinge os setores econômico, social e político, tendo a baixa participação estatal nesses setores, é uma das principais correntes que defende a livre concorrência capitalista. Para os liberais, para a democracia agir de forma plena o Estado não deve realizar intervenções na sociedade, além de ser um aparato meramente regulador. Dessa forma, a democracia e o Estado liberal são inseparáveis nessa corrente. Lage (2006) afirma que o liberalismo chega ao Brasil no final do século XIX, se fortalecendo após a Independência de 1822. [Silva, 2011] [Lage, 2006]

¹³ O patrimonialismo no Brasil na ótica de Florestan Fernandes representou o domínio de poder e usufruto de benefícios por parte do governante e em partes da classe dominante. Segundo o autor, o patrimonialismo brasileiro sofreu influência do patrimonialismo tradicional europeu. Dessa forma, o poder patrimonial sofreu modificações necessárias na sociedade brasileira para continuar beneficiando as classes dominantes com as melhores vantagens – inclusive com recursos públicos —, onde as mesmas famílias permanecem em lugares de poder e privilégio social, econômico e político para atender os próprios interesses. Em suma, esse fenômeno é caracterizado pela prevalência de interesses pessoais e familiares sobre o bem público, evidenciado pela apropriação privada de recursos estatais e pela manutenção de estruturas de poder centralizadas e clientelistas. Esse padrão foi influenciado tanto pela herança colonial portuguesa, que enfatizou a concentração do poder real, quanto por elementos culturais e sociais locais. [Junior, 2012]

questão social não era tratada como algo de responsabilidade estatal, nem um produto da construção sócio-histórica.

As autoras Boscari e Silva (2015) trazem que o ano de 1938 marca o início do que se poderia chamar de assistência social no Brasil, sendo reconhecida como uma obrigação do Estado, ainda no governo de Getúlio Vargas, mas com um viés de manutenção da ordem. Anterior a isso, a prática de assistência estava vinculada à religião, onde a maior propulsora foi a Igreja Católica. Behring e Boschetti (2015) defendem que a pobreza era vista também como caso de polícia nesse período. Por conseguinte, a criminalização da pobreza continuou sendo reproduzida no país e tratada sob forte repressão policial, resultando no genocídio da população negra e periférica no Brasil.

A primeira protoforma do que viria ser a assistência social no Brasil foi o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938. Segundo Mestriner (2001) *apud* Boscari e Silva (2015), o CNSS foi criado e vinculado à pasta do Ministério da Educação e Saúde, ainda, com relação às organizações privadas. Como coloca Boscari e Silva (2015, p.110)

[...] se estreitam relações entre o Estado e segmentos da elite reforçando ao mesmo tempo um novo caráter laico da assistência social, isto é, não mais como prática religiosa, mas ao abrigo do Estado, como também confirmando uma relação de sujeição dos pobres aos ricos e não a igualdade de direitos, que vão analisar o mérito do Estado na concessão de auxílios e subvenções a organizações da sociedade civil.

Por outro lado, a assistência social no Brasil não teve uma formação linear pois era de cunho “fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e estável das suas configurações” (Draibe; Aureliano, 1989, *apud* Behring; Boschetti, 2015, p.106;).

Segundo Torres (2002), o ano de 1942 assinala a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) ainda no Governo Vargas. O apoio do Brasil na Segunda Guerra Mundial instiga a criação da LBA, como forma de incentivo à participação do país na Guerra, onde “o Estado apela para um sentimento de união e solidariedade do povo brasileiro” (Torres, 2002, p. 85). Paralelamente, “[...]começa a se fortalecer uma vanguarda do movimento operário autônomo, classista, articulada com os movimentos operários que juntos vão exigir do Estado a autonomia dos poderes, eleições periódicas e atenção às chamadas “questão social” (Torres, 2002, p. 85-86). Netto (2001) define a questão social como produto da relação contraditória entre

capital e trabalho, sendo exclusiva da sociedade de classes. Sendo assim, é um processo de pauperização ocasionado pela exploração da força de trabalho da classe subalterna, gerando suas expressões como o desemprego, violência, fome, etc.

Sendo assim, com o Decreto-lei em 15 de outubro de 1942, tem-se a criação do LBA sob presidência da então primeira-dama Darcy Vargas.

[...] a figura da primeira-dama no Brasil, surge no contexto crucial de construção da nação brasileira, que exige forte decisão e vontade política. [...] o primeiro damismo nasce eminentemente como gestão política de racionalidade decisória e de ascendência ao marido governante. (Torres, 2002, p.82-83)

A LBA tinha como intuito “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra” (Iamamoto; Carvalho, 1993, p. 257; *apud* Torres, 2002, p. 86). Segundo Torres (2002), Vargas usou como estratégia a posse de Darcy na presidência da LBA, como um meio de “[...] buscar legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política” (Torres, 2002, p.86).

A autora destaca um ponto importante sobre a relação do paternalismo e os serviços sociais, de que os *pedintes* — termo utilizado pela autora para referenciar a população usuária— de tais serviços transportam a ideia de bondade e generosidade na pessoa da primeira-dama, gerando assim, mesmo que de forma inconsciente, uma passividade frente a opressão vivenciada pela classe trabalhadora fruto das relações sociais. Vale ressaltar que, as primeiras-damas que se seguiram também apossaram o cargo na presidência do LBA.

Durante o regime do pós-golpe de 1964, a assistência toma ainda mais um caráter regressivo, disciplinador e controlador da classe operária, com o fim de contribuir para a produção e o acúmulo de riqueza do grande capital e a submissão da Lei de Segurança Nacional (Iamamoto; Carvalho, 1993, p.154; *apud* Torres, 2002, p. 95). Nesse período as expressões da questão social sofreram um aprofundamento, gerando um grande impacto negativo para a classe trabalhadora.

Seguindo, ficou evidente a necessidade de formular novos mecanismos de assistência, o que culminou na criação de planos de combate à pobreza do Governo Geisel, chamados de II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1974 a 1984, que tinha como objetivo priorizar “[...] o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital” (IPEA, 2016) na tentativa de

resgatar a economia brasileira da crise ocasionada pelo “milagre econômico” (1964-1973) e gerar mais empregos com grandes investimentos na área da indústria. Sendo que, no mesmo cenário, estava ocorrendo uma recessão econômica em nível global, o que resultou no fim da “Era Dourada” — fase em que o capitalismo gerou grande lucro — do capitalismo monopolista.

Porém, a medida não obteve êxito por conta da fase em que o Brasil estava inserido economicamente com uma alta dívida externa advinda do crescimento econômico anterior — que beneficiou apenas o empresariado e prejudicou trabalhadores (as) —, além do total desgoverno em meados da ditadura civil-militar. É válido atentar que tais pontos prececeram foram determinantes para a queda da ditadura. Vale destacar que, durante a ditadura, as primeiras-damas não ganharam popularidade como as anteriores no setor político e na gestão da assistência social.

Após a crise do estado ditatorial, movimentos sociais como sindical¹⁴, estudantil e identitário, realizaram grande mobilização social reivindicando seus direitos civilizatórios negados através do Ato Institucional (AI-5) do período ditatorial, que letigimava censura e tortura aos que resistiam ao governo autoritário. Dessa forma, toda a resistência da classe trabalhadora irá resultar no Movimento “Diretas Já” (1984) onde exigiam a volta das eleições por meio de voto, e na Assembleia Constituinte em 1987, irá caminhar para o processo de redemocratização do Brasil, onde será decretada a Constituição Federal de 1988. O primeiro presidente eleito após a ditadura foi o José Sarney (1985-1990), seguido do Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Assim, o primeiro damismo volta à cena nacional com a primeira-dama Rosane Collor em 1990. Rosane tem como foco trabalhar com as desigualdades sociais dos “mais necessitados” com um teor sentimental. Falcão (1990, p. 154) *apud* Torres (2002, p.99) pontuam que com a primeira-dama de Collor, o primeiro damismo toma um teor negativo, pois “a assistência social permanece naquele patamar de ação que é mais uma questão de políticos que de política”.

Segundo Torres (2002), no Governo Collor, a LBA foi levada para a instância privada, onde os programas sociais ficaram por conta de organizações financeiras do setor privado e tiveram grandes denúncias com ligação à corrupção e desvio de

¹⁴ Netto (2005, p.262) em sua obra “Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, salienta como o movimento sindical de trabalhadores da região do Quadrilátero Ferrífero foram importantes para a luta contra o regime militar.

dinheiro público. Nesse momento, aconteceu grande pressão advinda dos movimentos sociais no que se refere aos seus direitos e a criação de políticas sociais o que resultou em diversos encontros para a tratativa e a resolução do processo de implementação da assistência social no Brasil.

O ano de 1989 demarca o início da construção para a implementação da política em primeira instância o Projeto de Lei nº 3099/89, passou pela Câmara dos Deputados, passando por duas Comissões, sendo aprovada e direcionada para a análise no Senado. Porém, o então presidente Collor vetou o projeto de lei da LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social em 1989. Após isso, tiveram novas tentativas de regulamentar a lei. Em 1991 através do 1º Seminário de Assistência Social realizado em Brasília. Posteriormente, houveram encontros onde compuseram a sociedade civil, movimentos sociais, organizações não-governamentais e o Poder Legislativo, até chegar no ponto de ser realizada a Conferência Nacional de Assistência Social em 1993. No mesmo ano, o projeto de lei sofreu alterações e foi implementado pelo governo de Itamar Franco, o que representa um marco para os serviços voltados à classe trabalhadora.

Todo esse processo de ampliação do conceito de direitos sociais e de políticas públicas culminou na organização das definições das frentes de ação que caracterizariam o Sistema de Proteção Social brasileiro: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, o qual é chamado hoje de tripé da Seguridade Social, cada uma com suas respectivas atribuições no que toca o enfrentamento das expressões da questão social e na viabilização do acesso aos direitos, tornando-se uma política pública que significa direito do cidadão e dever do Estado (Santana, *et al.*, 2013. p. 04).

Em 1995, a LBA foi extinta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº1366 de 12 de janeiro de 1991, e para substituir a LBA foi criada a Comunidade Solidária, reforçando o caráter assistencialista, onde a primeira-dama Ruth Cardoso assumiu a presidência. Na qual, para Torres (2002) se mantém o entendimento de que a esposa ficaria por conta do cuidado – mesmo em esfera pública– e o esposo na governança, o que reforça ainda mais o sentimento de um não direito em relação aos programas sociais desenvolvidos pela política pública de Assistência Social. Assim, para Torres (2002, p. 106)

[...] coloca-se em curso uma tendência que vem se configurando como em uma perspectiva neo-social, que desencadeia a era do não-direito à medida que promove um desmonte de uma série de medidas sociais conquistadas arduamente no processo de luta da classe trabalhadora.

No mais, segundo Torres, a noção de um não direito está atrelada tanto por uma ausência de consciência e do reconhecimento da política, a tratando como ser um bem concedido e não um direito de cidadania, ocasionada por uma alienação da realidade por parte da população. Todavia, a autora afirma ainda que, essa alienação não é permanente e pode sofrer mudanças ao longo do processo de relações da sociedade, o que culmina em reivindicações da luta da classe trabalhadora. No item que se segue será desenvolvido o processo de implementação e marcos normativos da Política de Assistência Social no Brasil.

2.2. Assistência Social enquanto política e direito social e sua materialização em Mariana/MG: Avanços legais e normativos

Após lutas e reivindicações da classe trabalhadora, o Estado passa a reconhecer de forma legal sua responsabilidade com as expressões da questão social, na intenção de efetuar uma ruptura com o caráter filantrópico que até então a assistência social carregava, isso ocorre no momento do processo de redemocratização do Brasil pós Ditadura civil-militar. No que tange aos avanços legais e normativos da Assistência Social no país, a partir da Constituição Federal de 1988 nos artigos 203 e 204, a Assistência Social passa a ser compreendida como componente do Tripé da Seguridade Social (Assistência Social, Previdência e Saúde), e usufrui quem dela necessita, sem caráter contributivo.

Assim, a Lei nº8.212 de 24 jul. 1991, decreta Seguridade Social em seus princípios como:

Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. A seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- e) equidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base de financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

A política de Assistência Social vem com a proposta de atender as necessidades da população que viviam assoladas pelas expressões da questão

social e pelo pauperismo. Nesse contexto, segundo dados do IPEA (1992) o Brasil possuía o índice de 20% de pessoas na extrema pobreza, e de 42,1% em situação de pobreza na extensão de todo o território brasileiro, o que caracteriza mais da metade da população brasileira em situação de quase miséria. Considerando que, para estar inserido nessas condições, é ponderado não obter meios de aquisição mínima para a subsistência, totalizando 60,9 milhões de pessoas que foram afetadas pelas mazelas do capitalismo no Brasil.

Ainda na mesma Lei, em relação à Assistência Social entende-se que:

Art. 4º A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

Parágrafo único. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) descentralização político-administrativa;
- b) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

Para isso, com a aprovação da Lei, o Governo Federal passou a investir em 1995 cerca de 234 bilhões de reais em programas sociais. “Tomando os limites de todo o período estudado, pode-se dizer que o gasto, como um conjunto, ampliou-se em nada menos que 172,9% entre 1995 e 2010” (IPEA, 2015, p.19). Porém, desse total de gastos, apenas 1,7% foram destinados para a Assistência Social em 1995, tendo acréscimos ao decorrer dos anos, onde correspondia a 5,3% em 2002 e, 7,6% em 2010.

É notório que a pasta da Assistência Social é uma das mais desvalorizadas no Orçamento Geral da União, estando à frente somente dos setores de Desenvolvimento Rural e Urbano, e do Trabalho. Com a lógica capitalista neoliberal, que teve sua gênese entre as décadas de 1980 a 1990, os serviços públicos sofreram progressivamente com a falta de investimentos, sucateamento e desmonte de bens e serviços da área pública. Nessa fase capitalista, tem-se o acentuamento da onda de privatizações e liquidação de estatais, o que torna-se um desafio para a manutenção e expansão de direitos da Assistência Social. Dessa forma para melhor compreender o neoliberalismo e sua relação com as políticas públicas:

O neoliberalismo significou a ideologia do capitalismo financeiro, no qual as características centrais seriam a propriedade privada e o livre mercado. O Estado terá como papel apenas de assegurador das práticas neoliberais,

cuja ação será de agente regulador nas quais tais práticas político-econômicas, funcionassem de maneira adequada.¹⁵

Tal maneira adequada supracitada remete ao cumprimento dos interesses burgueses da sociedade brasileira. Por isso, a Política contém em si um caráter contraditório, entre promover a proteção e a autonomia das pessoas que dela necessitam e, contribuir para a manutenção dos limites de classes entre os mais privilegiados e menos favorecidos.

Sendo assim na Constituição Federal de 1988, tem-se como objetivos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

Regulamentando a Constituição Federal de 1988, a fim de possibilitar a sua operacionalização jurídico-institucional ocorre a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), com a Lei nº 8.742 de 1993, que tem por finalidade “regulamentar esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos” [*grifos nossos*] (Brasil, p.4). Segundo Sposati (2007) o primeiro projeto da LOAS foi apresentado em 1990 ainda no Governo Collor e foi vetado. Foi somente em 1993, através do Projeto de Lei nº4.100/93 que transitou pela Conferência Zero da Assistência Social. No mesmo ano, foi criado o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) a partir da LOAS, que tem como objetivo promover o financiamento dos serviços públicos da política entre municípios, estados e federação.

Sposati (2007) traz que, nesse momento, assistentes sociais e os órgãos reguladores da profissão atuaram com grande importância para a institucionalização

¹⁵ MARQUES, S. R. Neoliberalismo: uma fase atual do capitalismo. XV Encontro Regional de História. (UFPR). Curitiba: 2016, p. 04.

da Lei, como na participação ativa do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS); em destaque, a presença de profissionais da área do serviço social no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Na I Conferência de Assistência Social “as teses fundantes da LOAS, são debatidas o anúncio do sistema descentralizado e participativo, a municipalização, a renda mínima, a relação público-privado, o financiamento, o controle social” (Sposati, 2007, p.70). Com isso, a LOAS tem o intuito de proteger, vigiar (no sentido da vigilância socioassistencial¹⁶ e não de controle) e assegurar os direitos sociais básicos da população em situação de desproteção social, sendo responsabilidade do Estado sua garantia.

Através do IV Congresso Nacional de Assistência Social, em 2003 durante o Governo do Lula, foi estatuído o SUAS, onde “direciona os programas, projetos, serviços e benefícios dentro de um território e sua complexidade, podendo ser essa complexidade de nível média e alta, e mantém focalizada a assistência às famílias e seus sujeitos” (Brasil, 2005, p.37). Por outro lado, permanece com a divisão das competências em três esferas, sendo Federal, Estadual e Municipal, para que haja a garantia do bom funcionamento da política. Além disso, o SUAS materializa o que está escrito na LOAS, pois havia um impasse entre a teoria e a efetividade da política na realidade social. Neste contexto, o SUAS é constituído pelos serviços socioassistenciais da: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

A partir da conquista do LOAS/93, foi criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, com a intenção de trazer as demandas da população brasileira atendida e tornar a assistência mais efetiva, onde acompanha o processo de desenvolvimento gradual da descentralização da assistência e defende a participação e o controle social. Já a Norma Operacional Básica (NOB)² do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criada em 2005, e tem como base a descentralização e a participação, com o viés de padronizar a assistência no território brasileiro.

Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) define como público-alvo dessa política as pessoas em situação de desproteção econômica e social, que por algum momento não possuem condições para exercer

¹⁶ A Vigilância Socioassistencial é o órgão que é responsável por organizar, produzir, registrar e divulgar informações no que se refere aos fatores de riscos de cada território e acompanhar o cumprimento e a qualidade dos serviços prestados nos equipamentos da Assistência Social em níveis municipal, estadual e federal.

sua autonomia, seja por desemprego, ou por ter em seu núcleo familiar criança, idoso e/ou pessoa com deficiência em condição de pobreza/extrema pobreza. Também, por vivenciar casos das mais diversas violências, tendo seus direitos violados, ou por ser acometido por adoecimento mental ou deficiências; como também, o uso abusivo de substâncias psicoativas (dependência química), entre outros aspectos que se fazem importantes para a intervenção da política. Ainda,

Constitui o público usuário da política de assistência social, descrito na PNAS (BRASIL, 2004), cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; fragilidade ou perda de vínculos devido ao ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. Na definição trazida pela LOAS (1993/2009a), os usuários são considerados “aqueles que dela necessitam”, ou seja, todos os cidadãos que se encontram fora dos canais decorrentes de proteção pública: o trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sociorrelacionais (Freitas; Guareschi, 2014, p. 149).

Em relação aos serviços, a fim de alcançar a competência municipal e efetivar a municipalização que guia a política, o município de Mariana conta com equipamentos que compõem a rede socioassistencial governamental (CRAS, CREAS, Centro Pop, Unidade de Acolhimento Institucional e Serviços de Acolhimento Família Acolhedora, que são divididos em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta complexidade) e não-governamental.

Dessa forma, o CRAS é um equipamento público e descentralizado no âmbito do município, que realiza os serviços socioassistenciais de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), com base na Proteção Social Básica instituída pelo SUAS. Vale ressaltar que, o CRAS se tornou a porta para a chegada da demanda dos(as) usuários(as), de cunho espontâneo ou até mesmo de maneira encaminhada por demais setores da rede. Desse modo, entende-se de Proteção Social Básica “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2005, p. 33).

No município há duas unidades do equipamento: CRAS Cabanas, CRAS Colina, ligado a estas unidades tem-se a Equipe Volante Bairros e Equipe Volante

Distritos. OS CRAS, estão vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Caracteriza-se como um equipamento público do SUAS, sendo descentralizado e intervindo na Proteção Social Básica de famílias e sujeitos em situação de desproteção social. Seguindo as normas do SUAS, o CRAS Volante é considerado como de Médio Porte, tendo no mínimo dois CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

Dispõe dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) onde se realiza atendimentos agendados ao usuário, visita domiciliar, escuta, acolhida, encaminhamento, etc; com o intuito de prevenção. E o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), que realiza atividades voltadas para o público atendido, como oficinas, grupos de mulheres, crianças e adolescentes. “Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.” (Brasil, 2009). Em Mariana, o equipamento atende apenas dois bairros de todo o território e ainda se encontra no primeiro bairro da cidade, Santo Antônio, e que hoje é marginalizado.

Além disso, há encaminhamentos para os programas de inclusão de renda como o Inclusão Produtiva da Mulher e Ativa-idade e PROJOVEM, com o intuito de inserir no mercado de trabalho sujeitos de famílias referenciadas e assistidas pelo CRAS, como também oferecer a oportunidade de formação qualificada. Dessa forma, os mesmos precisam atender aos requisitos exigidos pelos programas, entre eles, estar inscrito no Cadastro Único, seu núcleo familiar ter rendimento per capita abaixo do 1/4 salário mínimo, ser uma família com crianças, idosos e/ou pessoas com deficiência.

Há também a orientação sobre benefícios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada, e a concessão de Benefícios Eventuais– como a cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade e auxílio aluguel– e Benefícios de Transferência de Renda. O CRAS detém das seguintes atribuições: Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social; Planejar, monitorar e avaliar os serviços ofertados no CRAS; Alimentar os Sistemas de Informação do SUAS; Subsidiar os processos de formação e qualificação da equipe de referência; Ofertar o PAIF e outros serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica; e Controlar a gestão territorial da rede socioassistencial da PSB (Medeiros, 2020) .

O CRAS atende famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social a fim de proteger e prevenir, prestando assistência de Proteção Básica. As famílias atendidas chegam ao CRAS, geralmente, de forma espontânea para solicitar algum benefício, a cesta básica é a mais procurada no município. Pode-se notar que mulheres, muitas das vezes mães e solos são as mais presentes para requerer a assistência.

Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), é um equipamento da assistência inserido na Proteção Social Especializada (PSE) de Média Complexidade, que oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, idosa e suas famílias. E tem o intuito de prestar escuta e acolhida especializadas para lidar com casos onde já ocorreu rompimento de vínculo familiar e violação de direitos. No município de Mariana há um CREAS para atender toda a abrangência do território.

E no segmento da Alta Complexidade estão englobados o Centro Pop e a Unidade de Acolhimento Institucional (UAI). O primeiro, é voltado para atender e prestar assistência em cuidados básicos para as pessoas em situação de rua. E o segundo, tem o objetivo de acolher e abrigar temporariamente a sujeitos e suas famílias em condição de abandono, violência ou ameaça de violação de direitos.

Por último, “A política de assistência social oferece um conjunto de serviços para garantir que o cidadão não fique desamparado quando ocorram situações inesperadas, nas quais a sua capacidade de acessar direitos sociais fique comprometida” (Brasil, 2023). Nesse sentido, além dos serviços dispostos na política tem-se os programas e projetos sociais, onde o setor estudado neste trabalho, o Cadastro Único, é considerado o portal de acesso para os programas sociais governamentais, por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁷, entre outros.

Sua implementação ocorreu em 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, com o Decreto n° 3.877, com a finalidade de reconhecer famílias de renda

¹⁷ Para acessar o BPC, além de estar devidamente inscrito no Cadastro Único, é necessário passar por uma avaliação técnica (social e médica) no setor da Previdência Social, para assim ser possível ou não ter direito ao acesso ao benefício.

baixa em situação de pobreza e extrema pobreza. Diferentemente dos serviços, os programas não são tipificados, pois sua necessidade de implementação varia de acordo com a realidade concreta e com indicadores de cada território. Além disso, os programas atuam de forma a complementar os serviços prestados na assistência no sentido preventivo, protetivo e eventual (em alguns casos), para viabilizar a autonomia de sujeitos e famílias.

Além de ser um sistema de alimentação de dados para o recebimento de benefícios e auxílios sociais, também o Cadastro Único não está segmentado nos CRAS, encontra-se localizado em um setor voltado exclusivamente para o cadastramento, e sua equipe é composta apenas por técnicos(as) de nível médio. Através do CadÚnico é possível acessar aos Programas Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), e a Tarifa Social de Energia Elétrica que são destinados a sujeitos e famílias em situação de vulnerabilidade econômica. “Mas o Cadastro Único não faz a gestão desses programas sociais. O que ele faz é dar apoio para que esses programas identifiquem o público que precisam atender.” (BRASIL, 2023, p.06). Ou seja, ele representa um instrumento da política de assistência para mapear e identificar as vulnerabilidades e o perfil do público que irá acessar os benefícios.

Por fim, mesmo com essas conquistas ao longo dos anos pós redemocratização do país, nota-se que a Assistência Social ainda carrega consigo “as práticas clientelistas, paternalistas, reducionistas, assistencialistas, focalistas e mecanicistas, podendo ser denominadas aqui como sufixo vicioso (– ista) das políticas sociais brasileiras” (Prisco, 2021, p.82). Esse fenômeno se dá pois no cenário anterior da Assistência Social se tornar uma política pública, a responsabilidade de aplicar a proteção social era de cunho privado, assistencialista, paliativo, moralista e filantrópico, exercido, principalmente, pela igreja católica. No item a seguir está descrita a combinação da política pública e a profissão do Serviço Social.

2.3. A Política de Assistência Social e sua relação com o Serviço Social

A relação entre o Serviço Social e a assistência social pode ser considerada orgânica à medida que o processo de institucionalização da profissão se dá enraizado com a história da assistência social. (Cisne, 2004, p.39)¹⁸

Segundo Silva (2012), considerando que o Serviço Social integra a divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, é possível fazer um resgate histórico da constituição da profissão e de sua evolução no que tange a atuação profissional e o seu papel social enquanto trabalho com a política de Assistência Social. Conforme Netto (2005), a princípio, a profissão era voltada para a questão religiosa e com a ação envolta de caridade ligada por um laço consistente com a Igreja Católica.

Como defende Cisne (2004), além da relação com a benesse da profissão na sua origem, o perfil de profissionais era composto somente por mulheres brancas da alta sociedade de São Paulo no início da profissão. Porque o Serviço Social assumia um viés de ajuda ao outro, quase como uma continuidade do papel do cuidado mas, agora em âmbito público.

“É dentro desse pensamento que o Serviço Social, irá constituir-se como uma “profissão feminina”. [...] Profissão está, diretamente vinculada à família, à mulher, à criança, ao adolescente pobre, enfim, à questões historicamente atribuídas ao gênero feminino” (Cisne, 2004, p.45)

O ano de 1930 marca a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão no Brasil, mas permanece com uma atuação conservadora, paliativa, de ajuste de caráter – de acordo com princípios cristãos e capitalistas– e de culpabilização do sujeito por sua situação de vulnerabilidade social.

Vale lembrar que, o trabalho do(a) assistente social foi requisitado pelo Estado para tratar das expressões da questão social, quando as mesmas foram reconhecidas na sociedade brasileira. A partir disso, a questão social passa a sofrer intervenção estatal, em que se demanda o aprimoramento de profissionais das dimensões teórico-metodológica, técnica- operativa e ético-política. Ainda assim, era uma intervenção de cunho tecnicista e paliativo (Netto, 1992; *apud* Guerra, 2007, p.06).

Em 1947, houve a criação do primeiro Código de Ética da Profissão com traços tomistas e cristãos. Onde era demandado o planejamento para solucionar as

¹⁸ Tal relação embrionária recai na equivocada compreensão, ou mesmo em uma confusão, entre o que de fato significa socialmente os termos Serviço Social (curso e profissão), Assistência Social (política pública) e assistente social (profissional de serviço social).

expressões da questão social que até nesse período eram encaradas como problemas de forma psicologizante e individualista, sendo assim, era posta uma carga de culpa aos indivíduos por sua situação pauperizada. Segundo Yamamoto (2011), nos anos de 1940 a 1950, com a industrialização pesada tem-se o modelo tecnicista da profissão que era de base positivista e funcionalista.

A profissão só vai questionar o conservadorismo interiorizado e sofrer transformações teórico-metodológicas a partir dos anos de 1960, que coincide com o período ditatorial em que o Brasil estava vivenciando. Houve uma Reconceitualização do Serviço Social na América-Latina, não obstante, o Serviço Social Brasileiro iniciou seu movimento de Renovação da profissão, que foi marcado pela laicização e pluralismo. Em suma, como consequência do processo de renovação, o Serviço Social teve a instauração do pluralismo teórico, metodológico e político; novas concepções profissionais se infiltraram na categoria. Alinhado com o processo de uma nova concepção profissional, teve-se inserção do Serviço Social em ambiente acadêmico e cultural, traçando o perfil de pesquisa para a categoria e não apenas de executor de políticas.

A partir da década de 1960, ocorre o início do que foi nomeado como Movimento de Renovação do Serviço Social, nesse período o Brasil passava por uma Ditadura Civil Militar, a economia era voltada para a centralização e acumulação de capital, e impactou diretamente nos princípios da profissão e na criação de um novo Código de Ética em 1965, que ainda carregava vestígios conservadores de seu antecessor. Porém, houve o princípio do pluralismo, da justiça e democracia, mas continha a noção conservadora.

Também, foi um momento de fortes movimentos sociais, principalmente, o operário, feminista e o movimento negro, e isso resultou numa reação conservadora da oposição. Na qual, ocorreram discussões sobre sexualidade e emancipação da mulher, pois era considerado tais pontos eram levados como fatores de risco à família nuclear-patriarcal. Nesse estágio era preciso defender a ideia de família, indo contra qualquer oposição e a profissão assumiu papel importante para ser um agente disciplinador moral que o formato social aristocrático burguês demandava.

Somente na década de 1980, com o espriar da Vertente Intenção de Ruptura e a maturidade intelectual no campo da análise marxiana e, posteriormente marxista, consolida-se a profissão inscrita na divisão sociotécnica sexual e étnico-racial do trabalho comprometida com a luta da classe trabalhadora, tendo uma visão

emancipatória e crítica introduzindo a corrente marxista no fundamento da formação profissional no que diz respeito à dimensão teórico-metodológica.

Com a descentralização organizacional das instituições da Assistência Social, se vê um campo maior para a atuação do(a) assistente social nos âmbitos municipais e estaduais. Também, passam a formular e gestar políticas sociais, sendo que “Os conselhos de políticas e de direitos passam a se constituir em espaços importantes de trabalho profissional, além da gestão da política social” (Silva, 2012, p.166).

Segundo Guerra (2007), as políticas sociais integram o arsenal do(a) assistente social em sua intervenção, para tratar das expressões da questão social advindas do modelo societário capitalista. Com isso, se tem ações instrumentais para chegar a um fim, na qual a instrumentalidade assume um caráter de mediação, não mais atuando de maneira técnica e supérflua, mas sim, de forma a utilizar de sua razão instrumental intervindo de forma crítica e emancipatória, comprometida com os direitos do sujeito.

Em conformidade com as novas atribuições profissionais, com o surgimento de uma atuação em conjunto de forma multi e interdisciplinar, e com as políticas sociais que iam surgindo, ou seja, novas ferramentas para o/a profissional manusear em sua atuação, tem-se a padronização para uma intervenção mais justa e efetiva com a implementação da dimensão ético-política com o Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº8.662, ambos de 1993, onde se coloca as atribuições e competências profissionais alinhados para a defesa de direitos dos(as) usuários(as) dos serviços da Assistência Social.

Por fim, entende-se que

Na área da Assistência Social, devido à sua particularidade, o profissional produz serviços que atendem às necessidades sociais de seus usuários. E ao fazer isso, seu trabalho se inscreve no campo da realização de direitos assistenciais e na gestão da coisa pública (Silva, 2012, p.170).

E ao se falar da relação entre Serviço Social e Assistência Social, Cisne (2004) aponta que “a assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como uma alternativa à vida doméstica/familiar, ao passo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres”. Além de se ter, como exposto por Silva (2012), segundo dados do IBGE (2005) a categoria de assistente social ocupa 52,21% da força de trabalho do SUAS. Ainda, dados mais atualizados sobre o perfil das(os) profissionais do Serviço Social no Brasil,

disponibilizados pelo Conjunto CFESS (2022), contém o percentual do sexo feminino 92,92%, sexo masculino 6,97%, e outras expressões de gênero 0,10%. Cerca de 50,34% corresponde a profissionais do grupo feminino autodeclaradas negras, 46,98% brancas, 1,85% amarela e 0,32% indígena.

Chegamos na conclusão que além do público alvo ser majoritariamente feminino, o corpo profissional da Política de Assistência Social também é integrado, principalmente, por mulheres. A seguir foi dissertado sobre o procedimento metodológico adotado para a análise, realizando um resgate da formação histórica de Mariana/MG e de como esse evento configurou a materialização e as usuárias da política social.

CAPÍTULO 3 – A MULHER SUJEITA DE DIREITOS: PERFIL DAS MULHERES NEGRAS INSCRITAS NO CADÚNICO EM MARIANA/MG

Este terceiro capítulo consiste na apresentação e discussão dos dados coletados sobre perfil das usuárias inscritas no Cadastro Único da cidade de Mariana, com o recorte de gênero e raça do período de 2022, com destaque para os indicadores de escolaridade, renda, faixa etária, se são beneficiárias do Programa Bolsa Família e Pessoa de Referência (PR) do núcleo familiar. Para tanto, inicialmente discorreremos sobre os procedimentos metodológicos adotados que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa qualitativa em que os dados quantitativos são politizados, à medida que são lidos, interpretados à luz da teoria crítica.

3.1. Procedimentos Metodológicos

Para Miotto e Lima (2007), a pesquisa é o movimento contínuo e inacabado para buscar soluções e respostas frente à realidade posta, tendo indissociabilidade entre teoria e prática, sendo influenciada pelo que elas colocam como uma “carga histórica”. Estudar o objeto em tela, mulheres negras inscritas no Cadastro Único de Mariana/MG, é imprescindível a indissociável relação entre a teoria e prática que subjaz e fundamenta a realidade em análise.

Seguindo o pensamento de Minayo (2001), ao falar de pesquisa qualitativa, a autora considera a riqueza em deter informações sobre a realidade, que ao mesmo tempo faz o movimento de traduzir a subjetividade, personificando os dados

quantitativos, e ainda, realiza a aproximação com a veracidade da vida cotidiana. Por outro lado, se tem a pesquisa quantitativa, os dados e equações. Mas esta não se contrapõe à pesquisa qualitativa e sim, ambas se integram para uma maior compreensão da realidade em sua totalidade. Portanto, o estudo será baseado na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e na análise de dados qualitativos e quantitativos da base dos dados do SUAS e CECAD de 2022, disponibilizados tanto por portais oficiais, como por técnico autorizado do setor municipal através de perguntas fechadas considerando os fatores de sexo, raça, faixa etária, escolaridade e renda. Vale ressaltar que, o contato foi mediado por outra técnica via *e-mail* e *whatsapp* para ser possível ter acesso ao quantitativo analisado a fim de conhecer o perfil das usuárias inscritas no Cadastro Único em Mariana.

Desta maneira, a pesquisa bibliográfica “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Miotto; Lima, 2007, p.38). De forma errônea, se conclui que a pesquisa bibliográfica é apenas uma revisão da literatura, mas ela requer a definição de procedimentos para se ter um produto final a partir do estudo e das mediações que surgiram a partir dele. Neste estudo foi utilizado os autores e autoras como Carloto e Mariano (2009), Costa (2019), Ferreira (2016), Gonzalez (2020), Guerra (2017) Macedo (2008), Sposati (2007), Torres (2002), Fernandes (2020), Nascimento (1978), entre outros.

Outro procedimento utilizado na pesquisa foi o documental. Sá-Silva *et al.* (2009, p.5) classificam a pesquisa documental como sendo “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Assemelhando-se com a pesquisa bibliográfica, a documental também faz uso de documentos (livros, revistas, artigos, etc.) para coletar dados. Também, existem os documentos não escritos que contribuem para a pesquisa como (filmes, documentários, etc.).

Os autores pontuam a diferença entre pesquisa bibliográfica e documental como sendo: “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias” (Sá-Silva, *et. al.*, 2009, p.06).

3.2. Primaz de Minas: a história, suas implicações no território e na política de Assistência em Mariana

Considerada a primaz do estado de Minas Gerais, Mariana está localizada na região dos Inconfidentes, e engloba o grupo de cidades dispostas na parte centro-sul do Estado, sendo a maior extrativista de minérios, denominada região do Quadrilátero Ferrífero. Sua expansão territorial inclui nove distritos: Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Ribeirão do Carmo (Bandeirantes), Sumidouro (Padre Viegas), Claudio Manoel, Furquim, Passagem de Mariana e Cachoeira do Brumado. Além disso, Mariana pertence ao grupo de cidades históricas de MG, juntamente com Ouro Preto, Congonhas, São João Del Rei, Tiradentes e Catas Altas. Como a formação do Brasil, Mariana tem suas raízes no modelo social escravocrata e colonial (Camargo, 2018).

O ano de 1696 marca a invasão dos bandeirantes em terras mineiras, vindos do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo. Trouxeram com eles a destruição e causaram a exploração do povo ali presente — exterminação esta sofrida aos demais povos originários que já viviam nas terras das américas —. Segundo Carrara e Horst (2019), os colonizadores depararam-se com os povos indígenas caiapós da região. Dessa forma, as beiras do rio Ribeirão do Carmo foram firmadas o arraial de Nossa Senhora do Carmo, através da expansão propiciada pela dizimação de povos ribeirinhos e originários — restando apenas 23% da população inicial— e, do saqueamento das riquezas existentes em terras mineiras, principalmente, o ouro.

[...] o domínio da natureza e da força de trabalho indígena contribuiu diretamente para que a extração de ouro de aluvião durante o século XVIII, na capitania de Minas, alcançasse proporções colossais, devido ao uso do conhecimento da população indígena, transformando a atividade de minerar em meio de acumulação de riqueza para a coroa portuguesa e, assim, suplantando a acumulação primitiva do capital (Mascarenhas, 2019, p. 71).

Em decorrência disso, interesses externos passaram a tomar conta da então Vila. Após o genocídio do povo indígena teve-se a necessidade de importação de mão-de-obra escravizada negra para que fosse possível o desenvolvimento da região e a exportação de ouro para a Europa. “Riqueza forjada por homens e mulheres negras e negros, que em 1739 compunham o total de 26.343 escravizados no trabalho da mineração do ouro” (Carrara; Horst, 2019, p.16). Também

trabalhadores livres (3% da força de trabalho), das mais diversas regiões do Brasil migraram para a região em busca de enriquecimento rápido.

Em 1745, o Rei de Portugal, Dom João V, nomeia a então Vila Rica como Cidade de Mariana, em homenagem a sua esposa. Mariana é marcada como “um dos municípios mais importantes do Circuito do Ouro e parte integrante da Trilha dos Inconfidentes e do Circuito Estrada Real” (Mariana, 2022).

Martins *apud* Alves (2006) afirmam que a província de Minas Gerais no século XIX, era marcada por uma economia diversa, complexa e dinâmica. Tal dinamicidade se dava pela presença de atividades além do setor de mineração aurífera, como a agropecuária, artesanato e manufaturas, boa parte da produção era voltada para a subsistência e mantida no próprio território mineiro, mas havia uma relação comercial forte com o Rio de Janeiro.

Segundo Libby *apud* Alves (2006, p.29) “foi a agricultura de subsistência mercantilizada que garantiu a permanência do sistema escravista em Minas Gerais após o colapso da mineração” que ocorreu em no início do século XIX. Sendo assim, havia um grande contingente de pessoas escravizadas “pela grande disponibilidade de terras desocupadas e pela presença de um campesinato independente que tinha livre acesso a terras” (Alves, 2006, p.25), mesmo após a queda da era do ouro. Segundo Carrara e Horst (2019), o modelo de mineração de exploração de minério de ferro entrou em cena nas Gerais a partir do início do século XX, particularmente, em Mariana o formato de produção irá se consolidar somente na década de 1970.

Mais do que uma cidade mineradora, Mariana é uma cidade turística e universitária, tornou-se um atrativo turístico com seu Centro Histórico, suas construções barrocas, igrejas e praças, a mais conhecida é a Praça Gomes Freire, carinhosamente apelidada pelos residentes como “Jardim”.

A cidade promove uma vasta produção de eventos que valorizam a cultura regional com as mais diversas apresentações artísticas, feiras, entre outras ocasiões. Vale ressaltar que suas belezas naturais também fazem parte de seu cartão de visita, por exemplo, as cachoeiras, trilhas e montanhas. Que são presas da destruição e privatização causada pela exploração das riquezas em seus solos.

Outra característica da cidade não menos importante, é a presença do *campus* da Universidade Federal de Ouro Preto, que a torna uma cidade universitária, esse ponto também é crucial para entender a grande migração que o município sofre com a chegada de pessoas das mais variadas regiões do país.

Atualmente, o município ainda sofre impactos pelo padrão produtivo predatório adotado — mineração de ferro—, na qual recebe importação de mão-de-obra de todo o Brasil, principalmente do norte e nordeste. Tal imigração de trabalhadores(as) visa manter o retorno da atividade produtiva da mineradora —que ficou estagnada desde o rompimento da barragem — para atingir seu lucro e para possibilitar a reconstrução do Novo Bento e Paracatu, áreas atingidas pelo crime ambiental do rompimento da barragem de Fundão em 2015. Este contexto, faz com que ocorra uma alta taxa de população flutuante (33,3%)¹⁹, onde a densidade demográfica de Mariana chegou a 61.387 habitantes (IBGE/2023). Com isso, os serviços públicos – educação, saúde, assistência social — ficaram sobrecarregados, pois não acompanharam o crescimento expressivo populacional.

Além do aspecto populacional, a mineração interfere, principalmente, na economia. Hoje ela é a área de maior empregabilidade da região, o que para Mascarenhas (2019) expõe o fato de dependência do capitalismo central, como também é a causadora da especulação imobiliária sofrida pelo município, atingindo negativamente a população mais pobre.

Dessa maneira, é possível identificar diversas expressões da questão social, a partir da autora supracitada, no território de mineração sendo: adoecimento físico e mental; aumento da população de rua; desemprego; violência de gênero/raça/orientação sexual; trabalho precário; entre outras expressões. Este fato também reflete no perfil do público atendido nos equipamentos da Política da Assistência Social deste território: CRAS, CREAS, Cadastro Único, Centro POP, Serviços de Acolhimento Institucional, etc.

No item a seguir, foi realizada a análise de dados do perfil das mulheres negras inscritas no Cadastro Único em Mariana/MG de 2022.

3.3 A mulher negra e a Política de Assistência Social: Análise do perfil das usuárias inscritas no Cadastro Único

Segundo Vieira (2017), o marco das políticas públicas e seu planejamento voltados para questões de raça e gênero de forma imbricada, ocorreram no ano de

¹⁹ Matéria do Jornal Galilee em entrevista com o Secretário de Planejamento no município, estima-se que a população flutuante gire em torno de 30 mil pessoas, o que representa 33,3% a mais da população registrada pelo censo IBGE 2023. Disponível em: <<https://galile.com.br/populacao-mariana-90-mil-habitantes/>> Acesso em 15 ago 2023.

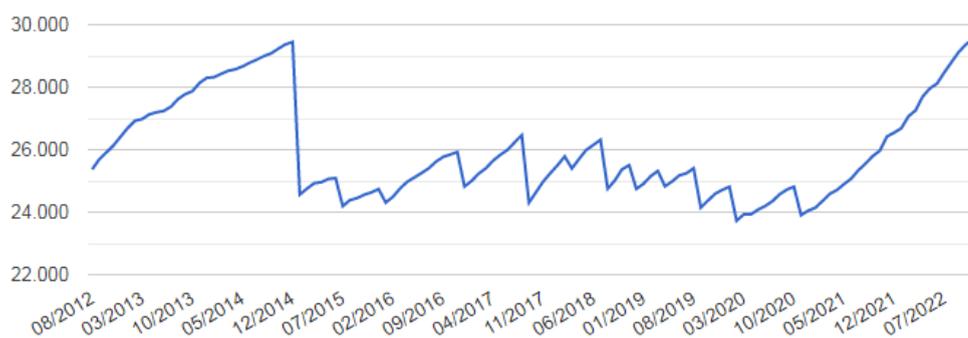
2003 ainda no governo Lula. Para ser possível o mapeamento, debate e construção de políticas que dialogassem com a realidade desse público foram criadas as:

Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República. Em caráter complementar foram formados espaços acessórios para subsidiá-las na formulação das políticas públicas: Comitê Permanente de Gênero, Raça e Etnia e a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Emprego, vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (Vieira, 2017, p.11).

Tal mapeamento se concretizou com a criação do sistema do Cadastro Único, onde são inseridas informações que dão indicadores das situações de risco presentes na população usuária/beneficiária da política de Assistência Social.

Dados relativos ao número de pessoas inscritas no CadÚnico da cidade de Mariana entre os anos de 2012 a 2022, dentro desse período de 10 anos foi analisado os dados com o intuito de demonstrar um aumento de inscrições a partir de 2020, sendo o maior desde 2014, governo Dilma, época ainda que a taxa de desemprego estava em baixa somando a 4,3% (IBGE). Somente no ano de 2022, registra-se um aumento maior desde 2014, representando 29.689 inscritos no CadÚnico. O gráfico abaixo ilustra o número total de pessoas inscritas no Cadastro Único da cidade de Mariana, respectivamente, 25.359 (2012) e 29.689 (2022).

Gráfico 01- Total de pessoas inscritas no Cadastro Único 08/2012 a 12/2022



Fonte: Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro Único (SAGICAD)

Fazendo o recorte por sexo é possível notar uma maior presença de mulheres nos cadastros, ou seja, a política é acessada, principalmente, pelas mulheres. É perceptível o aumento contínuo de inscrições realizadas a partir de 2020, marco da pandemia global do COVID-19, que resultou em mortes, isolamentos, desempregos, inflação, entre outros agravantes. Esse período também obteve um aumento no nível de desemprego, chegando a 13,5% (PNAD), comparado aos 11,9% do ano

anterior. Como consequência, os anos seguintes avançaram para o agravamento do desemprego e também pela presença da insegurança alimentar entre a população brasileira.

Segundo dados do Inquérito Nacional Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil²⁰, por volta de 33,3 milhões de brasileiros estavam em subalimentação e/ou escassez. O que enquadrava novamente o Brasil, o que não ocorria desde 2014 (Governo Dilma), no mapa da fome.

Para atender a essa demanda e possibilitar a aquisição da alimentação mínima de subsistência, foi criado no governo Bolsonaro o Auxílio Emergencial no valor de R\$600,00 que tinha como intuito proporcionar subsídios para pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único, porém grande parte das pessoas com direito não conseguiram ter acesso ao auxílio por ausência de conhecimento e meios tecnológicos. Além de realizar empréstimos para autônomos e pequenos empreendimentos.

Em ano eleitoral (2022), o ex-presidente Bolsonaro renomeou o Programa Bolsa Família criado no Governo Lula, para Auxílio Brasil e manteve o valor de 600,00²¹, anteriormente chegava no valor de R\$90,00 por família mais acréscimos por filho. A intenção de contextualizar o cenário econômico e social do Brasil nesse período é para compreender como tais acontecimentos afetam diretamente a política de Assistência Social, pois o aumento de desemprego e nível da pobreza fazem com que mais pessoas necessitem de amparo governamental, através de auxílios, benefícios, etc.

Prosseguindo com a análise de dados, abaixo tem-se o quantitativo referente ao número total de pessoas por sexo cadastradas no município de Mariana no ano de 2022. A partir do quadro é possível identificar uma expressiva diferença entre o público que inscreve-se no sistema. Portanto, é possível concluir que mulheres foram as que mais procuraram subsídios em auxílio/benefício governamental, sendo 59,4% do total de inscritos.

²⁰ Informações obtidas a partir da Agência Senado (2022). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>> Acesso em 16 ago 2023.

²¹ O valor do auxílio Brasil continuou sendo 600,00, podendo chegar até 3,000,00, apenas até o final do mandato do ex-presidente, e por consequência de muita reivindicação da classe trabalhadora, pois não era de interesse governamental estender a faixa de preço para além do Auxílio Emergencial, que foi encerrado em dezembro de 2022.

Tabela 04- Pessoas por sexo inscritas no Cadastro Único 12/2022 em Mariana/MG

Sexo	Quantidade
Homem	12.042
Mulher	17.647
Total	29.689

Fonte: Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro Único (SAGICAD)
Tabela produzida pela autora

A disparidade fica ainda mais acentuada considerando o fator cor/raça. O contingente de pessoas negras (pretas e/ou pardas) mostra-se maior em relação às outras categorias identitárias de cor/etnia, resultando numa soma de 20.482 de pessoas negras inscritas no CadÚnico em Mariana/MG, representando 68,9% do número total de inscritos.

Tabela 05- Pessoas por cor/raça inscritas no Cadastro Único 12/2022 Mariana/MG

Raça/cor	Quantidade
Branca	8.853
Preta	6.882
Amarela	269
Parda	13.600
Indígena	74
Sem informação	11
Total	29.689

Fonte: Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro Único (SAGICAD)
Tabela produzida pela autora

Marcando o contingente que configura o grupo de assistidos(as) ainda no quesito cor, cerca de 12.169 é referente às mulheres negras (pretas e/ou pardas), o que representa 68,9% do total de mulheres inscritas. Aqui quero destacar que, os dados cruzados entre sexo e raça foram disponibilizados pelo diretor municipal do Cadastro Único de Mariana/MG. Porém, a princípio, foram tratados apenas os dados referentes a pessoas da cor preta e, não as pardas. Isso afeta diretamente na análise de dados pois, o percentual de pessoas pardas é o maior entre as demais cores.

Além disso, chega-se à reflexão do que se entende pelo termo pardo? Vale lembrar que, baseada no IBGE, as pessoas autodeclaradas pardas também integram o grupo étnico racial negro. Nesse sentido, mesmo não tendo o número de mulheres pardas no cruzamento, sabe-se que com a falta dessa informação a verificação/análise da hipótese sobre a predominância de mulheres negras fica dificultada, porque representa o maior quantitativo de pessoas que se autodeclararam como negras, conseqüentemente, engloba um grande número de mulheres negras, que aqui não foi contabilizado pela falta de acesso.

Outro ponto que surgiu como indagação na análise é: Como essas pessoas negras se autodeclararam? Há um grande desafio em se reconhecer como uma pessoa preta e tal atitude é reflexo e produto de um sistema racista, que tenta embranquecer a todo custo as pessoas negras, inclusive na utilização do termo pardo. Termo este que vem sendo reivindicado constantemente pelo Movimento Negro Brasileiro como cor da pessoa negra miscigenada, para possibilitar o mapeamento e a criação de políticas públicas que fazem sentido com a realidade brasileira e sua população.

Dessa forma, a estatística mostra uma extensão da colonialidade e da brutalidade da exploração capitalista com corpos negros, e da continua tentativa para manter a marginalização da população negra, usando como tática a negação de direitos e políticas voltadas para esse grupo. Ainda na contemporaneidade em relação a quem irá caracterizar o público da política de Assistência Social, são as mulheres e pessoas negras que acessam os programas, projetos e serviços. Como também, são a maioria na obtenção dos auxílios e benefícios de transferência de renda da Assistência.

Após a abolição da escravatura, a população negra ficou totalmente à margem da sociedade, através de um planejamento estratégico para extermínio da população negra no Brasil, que foi se reproduzindo de forma compulsória e violenta, colocando a pessoa negra em classes pobres, sem acesso a direitos mínimos e qualidade de vida. Nesse sentido, as pessoas de renda baixa e em situação de pobreza estão presentes nos registros do CadÚnico, e nesse recorte, há a predominância de pessoas e mulheres negras segundo dados gerais.

Os pretos e pardos correspondem a 72,7% dos que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza - são 38,1 milhões de pessoas. Dentre aqueles em condição de extrema pobreza, as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente: 27,2 milhões de pessoas. Vale destacar que o

rendimento domiciliar per capita médio de pretos ou pardos é metade do recebido pelos brancos.²²

Ao se falar de renda, é inviável não falar de trabalho. Segundo dados do censo do IBGE (2022), as mulheres realizam 9,6 horas a mais de atividades voltadas para a manutenção do trabalho doméstico, mesmo exercendo funções fora de casa. O trabalho do cuidado é direcionado às mulheres, e isso faz com que as mulheres negras sejam as mais afetadas, sobrecarregadas, desumanizadas, desamparadas e forçadas a assumir responsabilidades de forma solo e com poucos recursos. Vale lembrar que em âmbito nacional, “Dentre as famílias inscritas no CadÚnico, 88% delas eram chefiadas por mulheres, em 2014, [...] dessas 68% eram chefiadas por mulheres negras” (Vieira, 2017, p. 12).

Tal afirmação não se restringe ao âmbito nacional, ela também dialoga com a realidade da Política de Assistência na cidade de Mariana, onde tem-se mais da metade do quantitativo de mulheres pretas e pardas como chefes de família, sendo 7.330 (60,2%).

Seguindo essa linha de análise, a mulher negra acaba por necessitar ainda mais de assistência estatal por exercer na maioria das vezes atividades informais e sem a garantia de seus direitos. Pois, é ela também que não tem acesso à educação e possui um nível baixo de instrução na maioria das vezes, como exposto no item 1.3., sendo o maior percentual (30%) em ensino médio completo, seguido de ensino fundamental incompleto (28%). Abaixo, apresentamos os dados referentes à escolaridade da mulher negra inscrita no CadÚnico, sendo pessoa de referência (PR) e beneficiárias do PBF em Mariana.

Tabela 06- Percentual (%) da escolaridade das mulheres negras e mulheres negras beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) - Mariana/MG, 2022.

Escolaridade	Mulheres negras*
Sem instrução escolar	7%
Ensino fundamental incompleto	28%
Ensino fundamental completo	9%
Ensino médio incompleto	9,5%

²² Informação recolhida a partir do Blog Ponte Social com base nos dados do IBGE. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pobreza-tem-cor-no-brasil/?amp=1&gclid=CjwKCAjw5_GmBhBIEiwA5QSMxL7MIXvZzIPQJMd8loU8mfW15gmvUn8M8okd_JvuUpOVRmdWohtOXxoCy4UQAvD_BwE> Acesso em: 16 ago 2023. .

Ensino médio completo	30%
Ensino superior incompleto ou mais	5%
Não possui informação escolar*	1%
Total	100%

Fonte: CECAD, disponibilizado por técnico autorizado.

Elaboração da autora.

*O quantitativo de mulheres negras é a junção do número total de pretas, e o de pardas representa apenas às mulheres pessoa de referência.

* cadastro desatualizado há mais de 24 meses, e representa somente as mulheres pretas.

Temos o maior índice em ensino fundamental incompleto, % de todas as mulheres negras, e % de mulheres negras beneficiárias do PBF.

Tabela 07- Mulheres negras responsáveis dos grupos familiares no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família 12/2022

Mulheres negras pessoa de referência (PR)	Mulheres negras PR e beneficiárias (PBF)
7.330	4.259

Fonte: CECAD, disponibilizado por técnico autorizado.

Tabela produzida pela autora

Conforme se verifica nos dados acima, a mulher negra representa o contingente de 55% comparado a números de beneficiárias do PBF referente a 12/2022, das 13.185 pessoas de referência, 5.468 são mulheres responsáveis pelo grupo familiar e beneficiária do PBF, e dessas 4.259 são negras.

O Programa Bolsa Família deve ser destacado como referência no campo das políticas públicas para assegurar esses resultados, já que promovia a transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza extrema, estabelecendo condicionalidades nas áreas da saúde e da educação (acompanhamento médico e frequência escolar dos filhos). O cartão de benefícios fica, prioritariamente, sob posse das mulheres, oportunizando uma maior autonomia em relação aos homens (VIEIRA, 2017, p.12).

Grande parte dessas mulheres negras inscritas no Cadastro Único são jovens, a maior parcela tem entre 25 a 34 anos. Além disso, a maioria estão em condição de extrema pobreza, com renda per capita até $\frac{1}{8}$ do salário mínimo atual, o que equivale a R\$165,00.

Segundo as autoras Carloto e Mariano (2009, p. 902), o Estado ao centralizar as ações em famílias e mulheres, acabam por responsabilizar esse grupo com o cuidado.

Um ponto de ilustração a esse respeito é o modo como os grupos de mulheres estão sujeitos a obrigações impostas pelo Estado e geram efeitos para o tempo e o trabalho femininos. Tais obrigações se expressam no cumprimento de atividades e responsabilidades estipuladas pelas políticas sociais, com destaque para as políticas de desenvolvimento e, mais recentemente, para as de combate à pobreza.

Para Carloto e Mariano (2009) essa responsabilização por parte do Estado com as mulheres beneficiárias reforça a ideia do cuidado enquanto algo feminino, de uma mulher mãe que está à frente dos setores público e privado da vida do seu núcleo familiar. Pesquisadores se dividem, por um lado defendem que isso aumenta a autonomia da mulher, já que ela está sendo assistida e recebendo um suporte para ser possível uma reparação em suas vulnerabilidades.

E por outro, afirmam que a Política de Assistência Social reforça a responsabilização dessas mulheres que, geralmente, são mães solas e chefes de família, exercem a maternidade e maternagem, seu ingresso na educação e posteriormente, no mercado de trabalho ficam dificultados por toda a sobrecarga que a mesma leva consigo, que muitas das vezes não existe uma rede de apoio, o que torna o processo ainda mais desafiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer as breves considerações finais deste trabalho, buscou-se abordar o resgate da construção sócio histórica do Brasil e do território marianense, partindo de uma análise que foi centrada nos recortes de raça, gênero e classe, e sua relação inerente para a produção de múltiplas expressões advindas de um processo cíclico de exploração sofrida pelas mulheres, em foco, as mulheres negras no Brasil.

Diante disso, estudar e compreender como a divisão social/racial/sexual do trabalho foi e é essencial para a manutenção e reprodução da sociedade capitalista, que ocorre a partir de um modelo de sociabilidade firmado na exploração e pauperização das mulheres e mulheres negras, através do processo de colonização e da sociedade escravocrata, e de como tal fato histórico acarreta na definição do perfil do público que acessa a Política de Assistência Social, cuja é voltada para sujeitos em situação de pobreza extrema e violência.

Por meio dos estudos de Ferreira (2016) e Costa (2019) foi viável fazer a articulação entre o entrelace da exploração no viés de gênero, raça e classe para a expropriação de riquezas voltado a países centrais através da produção e reprodução de bens e da vida, e de como isso reforça o lugar subalternizado para essa mulher. Como citado na introdução deste trabalho, as mazelas sociais sofridas pela mulher negra são frutos de um processo histórico sistêmico de reprodução da desigualdade social.

Conseqüentemente, mais mulheres negras chegam a acessar programas, projetos, benefícios e auxílios da Assistência em todo o Brasil. Outro ponto é que, a maior parte das(os) assistentes sociais que atuam na assistência são mulheres, vale salientar que profissões sofreram o fenômeno da feminização por estar diretamente relacionada com o ideário de ser uma atuação voltada para o bem, o cuidado, a educação, entre outras atividades que são desenvolvidas por mulheres, em sua maioria, na sociedade patriarcal.

A partir de Carloto e Mariano (2009), foi realizada uma reflexão crítica de como o Estado responsabiliza mulheres no trabalho do cuidado de seu núcleo familiar através de uma política pública. Com isso, foi possível constatar como a mulher historicamente foi designada de forma naturalizada a exercer o trabalho do cuidado na vida pública e privada a partir do sistema patriarcal e sexista, que definem papéis sociais para as mulheres, principalmente, em serviços domésticos e voltados para o cuidado e para a reprodução. Fazendo com que haja um controle

sobre seus corpos, seus direitos reprodutivos, suas escolhas afetivas e profissionais, para que não haja uma ameaça ao modelo social que beneficia homens brancos e sua dominação sob a apropriação privada.

Ainda, a Política de Assistência Social na sociedade capitalista de um país dependente assume o papel de contenção das lutas de classes e de manutenção da reprodução da sociedade de ordem burguesa. É mais uma relação contraditória na materialização da sociabilidade capitalista, pois a política também é produto da luta da classe trabalhadora. No Brasil, o período de redemocratização demarca a construção da política pública, sendo parte do tripé da Seguridade Social (assistência social, previdência e saúde) através da Constituição Federativa do Brasil de 1988 em seus artigos 203 e 204, que irão definir os objetivos e o público alvo da assistência.

É notório que permanece uma noção de benesse no que diz respeito a Política de Assistência Social, por seu caráter filantrópico em sua gênese. A noção de um não direito e de um favor é reproduzida cotidianamente, não só por parte da população usuária, mas também por governantes, representantes e por profissionais da área.

Como tal, na sociedade capitalista e a onda neoliberal, os serviços e benefícios da política sofrem constantes ameaças para que ocorra seu desmonte. A era do Estado mínimo, privatizações de estatais e venda de bens do setor público remonta a sociedade com uma falsa democracia. Ainda, a ultra flexibilização em condições e direitos trabalhistas desprotege ainda mais as mulheres negras, tendo em vista que ela é o maior índice em trabalho informal, desemprego, trabalho doméstico e na prestação de serviços, como também em linha nacional é o maior grupo inscrita no Cadastro Único e beneficiária do programa bolsa família.

Ademais, não foi possível constatar a presença majoritária de mulheres negras cadastradas em Mariana/MG. Sendo que, ao iniciar a análise dos dados do perfil das usuárias do Cadastro Único de Mariana/MG, foi identificado alguns limites e entraves, pois os dados não são atualizados, não estão disponibilizados de maneira a acessar facilmente, e o contato para a liberação dos dados é dificultoso. Outro ponto é que o objeto de pesquisa foi alterado no último mês do estudo, através de modificações necessárias que surgiram de acordo com as condições objetivas para a realização da pesquisa, o que de certa forma impactou

negativamente na coleta de dados e no seguimento do procedimento metodológico definido ainda em seu início.

Ademais, outra questão que surgiu a partir do acesso aos dados foi que, ao ter contato com os dados cruzados entre gênero e raça, a categoria parda não foi considerada como negra, o que causou uma lacuna no quantitativo total de mulheres negras inscritas no Cadastro Único em Mariana. Questão essa a ser investigada em estudos futuros, com novas possibilidades e resultados.

Apesar dos impasses, contradições e as assolações das expressões da questão social do mundo capitalista; os movimentos sociais e identitários tem seu papel fundamental para a conquista de direitos e para o embate do modelo societário burguês, causando a desnaturalização e crítica de um sistema imposto para a sociedade onde tem seu fundamento na exploração e opressão de mulheres e negras/os. Dessa forma, superar o racismo e o sexismo é primordial para uma transformação societária e suas relações.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Revista Temporalis, São Luís, n. 14, 2007.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. P. 264.

ALVES, R. O. **Mulheres solteiras chefes de domicílio: Mariana C. 1807- CI 822**. (Monografia/UFOP). Mariana. 2006. Disponível em: <https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/172_romilda_oliveira_alves_-_mulheres_solteiras_chefes_de_domicilio.pdf?m=1525724417>

ANGOLA, Catarina de; REIS, Mariana. **Quilombos como organização, luta e resistência das mulheres. Brasil de fato**. Pernambuco. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2016/11/28/quilombo-como-organizacao-luta-e-resistencia-das-mulheres>>. Acesso em: 20 jun 2023.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2016.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público** / Maria Aparecida Silva Bento. – São Paulo: s.n., 2002.

BOSCARI, M.; SILVA, F. N. **A Trajetória Da Assistência Social Até Se Efetivar Como Política Social Pública**. Caçador, v.4, n.1, p. 108-127, 2015.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, 2005. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf> Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cartilha: Cadastro Único no seu município. 2023**. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha/Cartilha_Cad_Unico_Digital.pdf> Acesso em: 03 ago. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.

_____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social**. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. **Gênero e Combate à pobreza: programa bolsa família**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. Dissertação [Mestrado]. Recife, 2004.

CISNE, Miria; SANTOS, Silvana M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica/Serviço Social v. 08. São Paulo: Cortez. 2018.

COUTO, B. R. **Assistência social: direito social ou bem-estar?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wMXBqGcc6RRfyvLXFpC6hRm/?lang=pt>> Acesso em: 19 out. 2022.

COSTA, T. **Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise**. Revista Contraponto v. 8, n. 3 (dez/2021)

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação dos/as assistentes sociais e do/as psicólogos/as na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

_____. **Parâmetros para atuação dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

FREITAS, C. R.; GUARESCHI, P. A. **A Assistência Social No Brasil E Os Usuários: Possibilidades E Contradições**. Canoas, n. 25, abr. 2014. Disponível em: <<https://ebooks.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo>> Acesso em: 15 jul 2022.

FERNANDES, F. In: **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológica**. 6. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, G. C. **Assistência social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/ (Tese) Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ. – 2016.**

GESUAS. MEDEIROS, J. **O CRAS e a Proteção Social Básica**. Gesuas, 18 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/cras/>> Acesso em: 27 jun 2022.

_____ A instrumentalidade na prática do Assistente Social. Gesuas, 16 de novembro de 2017. Disponível em: <
<https://www.gesuas.com.br/blog/a-instrumentalidade/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000, foi revisado e atualizado em 2007. Disponível em: <
<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de população e Indicadores Sociais, Estimativas da População residente com data de referência 1º de julho de 2020**. Rio de Janeiro, 2021.
DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (Pnad Continua). **Dados do 4º trimestre de 2013 e 2022 Trabalho doméstico**. 2022. Disponível em: <
<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>> Acesso: 07 mai 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

_____ **Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça**. 2015. Disponível em: <
<https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>> Acesso em: 18 out. 2022.

_____ **Bem-Estar Social nos Anos 1990 e 2000: traços estilizados da história brasileira**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2015. Disponível em: <
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3512/1/td_2025.pdf> Acesso em: 07 mai. 2023.

_____ **A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo**. Revista (IPEA) Ano 13 . Edição 88. 2016. Disponível em: <
https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&> Acesso em: 11 ago 2023.

MACEDO, M. S. **Mulheres chefes de família e a perspectiva do gênero: Trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 398-404, mai/ago. 2008. Disponível em: Acesso em: 17 out. 2022.

MARTINS, A. I. **O trabalho do assistente social no CRAS volante da cidade de Mariana - MG: desafios e possibilidades na contemporaneidade**. 2016. 90 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/594>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MARON, J. A. **O Controle Social e o Sistema Único de Saúde de Assistência Social (SUAS)**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15625>>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIOTO, R. C.; LIMA, T. C. S. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Centro de Referência de Assistência Social - Cras**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

MORAES, C. A. S. **A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 122, p. 294-316, abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.024>>. Acesso em: 18 out. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEGRO, A. L. **Paternalismo, populismo e história social**. Cad. AEL, v.11, n.20/21, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24672/1/2004%20negro%20CADs%20AEL.PDF>> Acesso em: 10 ago 2023.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, nº3. Janeiro - junho de 2001, 41-51.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 -8,ed-** São Paulo, Cortez, 2005.

PASSOS, R. G. **Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial**. EM PAUTA (Revista da Faculdade de Serviço Social/UERJ), Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116 - 129. 2020. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/47219/31983>>

PRISCO, T. **A Proteção Social Básica da Assistência Social**. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.2, p. 80-94, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547481008.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2022.

Q58 “**Questão social**”, **mineração e serviço social : reflexões a partir da Região dos Inconfidentes** / Claudio H. Miranda Horst, Virgínia Alves Carrara (Organizadores). 1. ed. – Ouro Preto : Editora UFOP, 2023.
_____ MASCARENHAS, R. M. **Duas faces do mesmo monstro**. 57-95. 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.
_____ Posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual (p. 230 -266)

SAMARA, E. M. **O que mudou na família brasileira? Da Colônia à Atualidade**. Dossiê: Família • Psicol. USP 13 (2) • 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200004>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SANTANA, E. P. et al. **Histórico Da Política De Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. (UFMA). 2013.

SANTOS, F. M. **Análise de Conteúdo: A visão de Laurence Bardin**. Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 1, mai. 2012.

SILVA, Jeane Andreia Ferraz. **Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social: reflexões sobre o trabalho profissional**. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun. 2012.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STEPAN, NL. **Eugenia no Brasil, 1917-1940**. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311- 1. Acesso em: 12 ago 2023.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, B. **Mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro: um balanço das políticas públicas**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

ERRATA